

**ATA Nº17**

**-----Ata da reunião da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 30 de dezembro de 2011. -----**

-----Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e onze, pelas dezoito horas e vinte minutos, na sala de sessões do edifício dos paços do concelho, reuniram a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Carlos Manuel Simões das Neves, secretariado pelos senhores Manuel Marcelino dos Santos Manangão e Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **agenda de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação de atas de reuniões anteriores;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Período de “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**D – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO 2 – TAXA DE DERRAMA PARA 2012;** -----

----- **PONTO 3 – RSU – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – TABELA DE PREÇOS;** -----

----- **PONTO 4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2011 - APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO 5 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO DE 2012, ATÉ AO MONTANTE DE 650.000,00€;** -----

----- **PONTO 6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS;** -----

----- **PONTO 7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2012 – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO 8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

----- **PONTO 9 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PARECER SOBRE O DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção.

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Senhor Rogério Simões, senhor Jorge Luís Nunes Oliveira, senhora Susana Maria Ferreira Gravato, senhor Carlos Guilherme Freire Pereira, senhora Catarina da Rocha Nunes de Oliveira, senhor Paulo Ricardo Corticeiro de Sousa e o senhor Sérgio Manuel da Silva Freire, eleitos na lista do Movimento VAGOS Primeiro; -----

----- Senhor Juan Carlos Ferreira Martins, senhor Joaquim Pires Plácido, senhor Rui Manuel de Oliveira Neto, senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinho, senhor Carlos Augusto da Silva Francisco, senhora Maria de Fátima da Cunha Coelho Moço, senhor André de Jesus Pinho e senhor e o senhor Tony Richard Almeida eleitos na lista do Partido Social Democrata; -----

-----Iguualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: senhor César Ferreira Ribeiro, Calvão; senhor Albano Manuel de Jesus Gonçalves, Fonte de Angeão; senhor Cláudio André dos Santos Curto, Santa Catarina; senhora Maria Dulcília Martins Sereno, Santo André de Vagos; senhor Fernando Julião, Santo António de Vagos; senhor João Carlos Regalado Loureiro, Soza e a senhora Maria Fernanda Oliveira, Ouca -----

-----O senhor deputado Albano Gonçalves faltou ao início da sessão tendo dado entrada na sala por volta das 19h 00m. -----

-----Faltaram à presente sessão os seguintes membros da assembleia municipal: senhor Paulo Alexandre Pinho dos Santos, tendo este apresentado justificação, e a senhora Leane Silva leite. -----

-----Apresentaram pedido de substituição o senhor deputado Manuel José Ferreira Bogalho representado pelo senhor Manuel Oliveira Pimentel Nogueira e o senhor Carlos Alberto Soares da Costa Pereira representado pelo senhor António Santos Bodas. -----

-----Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: senhor presidente da câmara, Rui Miguel Rocha da Cruz, e os senhores vereadores Albina Oliveira Rocha; Marco António Domingues, Silvério Regalado e Paulo Ramos. -----

-----**A – Apreciação e votação de atas de reuniões anteriores;** -----

-----Usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís para solicitar uma retificação à ata referente à sessão de 16 de julho de 2010. O senhor deputado referiu que onde se lê “*O senhor presidente da assembleia colocou a votação a proposta de regulamento do mercado do peixe da praia da Vagueira e da taxa de ocupação de lugares de venda*”, deve acrescentar-se “*com as alterações introduzidas, conforme referido atrás, pelo grupo parlamentar do Movimento VAGOSPrimeiro*”. -----

----- O senhor presidente da assembleia informou de que, e uma vez que ninguém se opôs, foi aceite a alteração e após ser submetida a votação a ata de 16 de julho de 2010 foi aprovada por unanimidade. --

----- Seguidamente o senhor presidente da assembleia municipal submeteu a votação as atas das reuniões de: 14/05/2010, aprovada por unanimidade; 30/09/2011 aprovada, por maioria, com uma abstenção e 25/11/2011, aprovada, por maioria com uma abstenção. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foi enviada fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 01 de outubro e 30 de dezembro de 2011. -----

-----**C – Período “antes da ordem de trabalhos”**-----

-----Pedi e usou da palavra o senhor deputado Sérgio Freire. O senhor deputado apresentou algumas imagens relativas à costa do concelho de Vagos, mais concretamente da situação que se passou há pouco tempo na zona do Labrego. Estas imagens foram recolhidas vista aérea e mostram a “invasão” das águas do mar que extravasaram a proteção das dunas e chegaram à ria cortando a estrada. Já em anos anteriores surgiram situações similares, embora não tão graves como esta. Após esta apresentação o senhor deputado questionou o senhor presidente da câmara relativamente às medidas tomadas para a resolução deste problema e para que situações desta não aconteçam. Continuando, o senhor deputado voltou a falar na criação das novas praias, referidas numa sessão anterior, referiu

quatro questões: a questão ambiental global que envolve a proteção das dunas e do meio ambiente; a questão da poluição subjacente à criação de novas praias; a questão da própria economia local, ou seja dos impactos económicos para aquela zona, nomeadamente na praia da Vagueira; a questão dos custos para o município, porque estas novas praias trarão custos substanciais. O senhor deputado leu o excerto de um artigo escrito no jornal *O Ponto*, pelo senhor Paulo Gil e que dizia: *“O executivo vagueense pretende criar duas praias, uma entre a Costa Nova e a Vagueira e outra entre o Labrego e o Areão. Frágil e já escasso cordão dunar será definitivamente destruído. Aumentar pressão nesta zona com milhares de automóveis emitido dióxido e monóxido de carbono, impermeabilizar solos com a criação de estradas e parques de estacionamento onde se derramarão diariamente óleos, com a poluição sonora aliada ao lixo será o fim do já débil ecossistema dunar”*. Entretanto, leu também a resposta dada pelo senhor presidente da câmara municipal e que foi a seguinte: *“Nada será feito em prejuízo ambiental”*. Concluindo, o senhor Sérgio Freire questionou: automóveis, parques de estacionamento, invasão de área natural, pressão humana, lixos variados, poluição sonora, fluentes de águas residuais e saneamentos, poluição atmosféricas e dos solos entre outros tantos fatores não prejudicarão o ambiente? Como é que isso será possível? E fora do tema ambiental que dirão os empresários da praia da Vagueira? Irão dispersar-lhes a clientela levando os já poucos clientes para outros sítios? O senhor deputado referiu, ainda, que a câmara deve repensar este assunto e reequacionar o pedido de criação destas novas praias, recuando enquanto é tempo e não deixar avançar um projecto que entende não fazer qualquer sentido e que vai destruir o pouco que já resta da nossa costa. -----  
----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Pires Plácido que começou por desejar, em nome do grupo municipal de PSD, um bom ano para todos. Informou, também, de que vai suspender o seu mandato de deputado na assembleia municipal, a partir de hoje, e esclareceu que não o fará por motivos políticos mas sim profissionais. O que pediu foi que todos aqui façam um bom trabalho e que o objectivo principal seja sempre Vagos. Felicitou o jornal *O Ponto* por mais um aniversário. Continuando, referiu que tinha uma questão relacionada com o já dito pelo senhor Sérgio Freire e que tinha a ver com a prontidão com que a câmara municipal retificou aquela situação, porque hoje o senhor Pires Plácido passou lá e o cordão dunar está repostos. De facto a condição não será a melhor mas isto provavelmente não terá tanto a ver com a câmara mas mais com o POOC. No entanto, não deixou de partilhar algumas opiniões com o senhor deputado Sérgio Freire sobre alguns cuidados a ter. A única coisa que discorda é que as praias da qual o senhor presidente da câmara falou não são novas, pois elas já existem e são utilizadas, sendo que o que falta é só uma passagem em madeira para que as pessoas se possam deslocar para a zona da praia. Sobre questões ambientais e sobre o artigo do senhor Paulo Gil referiu que às vezes é muito fácil escrever as coisas e coloca-las no jornal dando como exemplo uma situação ocorrida aquando da ação de sensibilização *“Limpar Portugal”*, na qual participou, em que havia uma máquina para limpar todo o junco da Ria, porque estava cheia de lixo, e o senhor Paulo Gil disse: *“Não, não mexas aí Plácido, porque há aí ratos e tem que se preservar o seu ambiente”*. O senhor deputado pensou *“mas vamos limpar Portugal ou vamos continuar a dar habitação aos ratos”*? Por vezes não se pode ir para esse tipo de situações porque tem de se preservar o ambiente, tem de se garantir condições de sobrevivência mas não se pode cair nos extremos. Continuando, o senhor deputado elogiou os 25

anos de carreira de Fernando Gaspar. Há um ano atrás, nesta assembleia, o senhor deputado pediu que se pensasse nesta questão, uma vez que é um artista desta terra, uma pessoa com obra feita e pensou que na semana cultural, deste ano, pudesse ter sido dedicada a Fernando Gaspar, com espaço para ela fazer uma exposição. O que viu foi que ninguém pensou em Fernando Gaspar e o senhor Pires Plácido deixou o convite para que passem no museu de Aveiro para verem a exposição da obra de Fernando Gaspar que honra todos os vaguenses e não ficaria nada mal se estivesse aqui em Vagos, nem que fosse com uma dimensão mais pequena atendendo às condições que se podem disponibilizar. O senhor deputado, entretanto, referiu-se à ponte da Vagueira e aos varandins que haviam sido cortados para colocar as mangueiras de água e que foram agora repostos estando a questão resolvida e o trabalho muito bem feito, embora não ofereça garantias para o resto dos anos. O senhor Pires Plácido informou também de que irá deixar de ser representante na CIRA e aproveitou para explicar que foi aprovado no último plano de atividades três projetos grandes para a praia da Vagueira que vêm preservar as praias, dignificar as zonas ambientais e ao mesmo tempo dar condições às pessoas para explorarem o seu negócio. Outra questão feita ao senhor presidente da câmara teve a ver com o plano de pormenor da praia da Vagueira recordando que há uns três meses atrás havia a intenção de convocar a empresa, neste caso o promotor, para assinar o contrato e pretendia saber se chegou a ser feito, em que ponto se encontra a situação, fundamentalmente pelo valor que está em causa e que muitos benefícios trará ao município de Vagos. Solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente à TDT (televisão digital terrestre), ou seja, pretendia saber se a câmara municipal tem informação disponibilizada para que as pessoas que ainda não estão devidamente informadas, e outras com algumas carências económicas, o possam fazer e onde se devem dirigir. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Rogério Simões e começou por falar na questão dos apoios que o município vai ter, no próximo ano, a nível da CIRA e que são de facto obras importantes para o Concelho e que vêm beneficiar, especialmente, a costa litoral e a frente ria. Outra questão que abordou teve a ver com o *e-mail* que recebeu da câmara municipal e que dizia o seguinte:” *Encarrega-me o senhor vereador Marco Domingues, e em seguimento da reunião que decorreu na câmara municipal, de remeter a V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> os seguintes dados: endereço para envio dos elementos que pretendam apresentar na A.M (fotografias, etc.)*”. Este *e-mail* veio no seguimento de uma reunião para a qual foi convocado a seguir à primeira da assembleia municipal em que foram apresentadas fotografias. Na altura em que foi convocado para a reunião insistiu para saber qual era o objetivo da mesma mas não lhe foi dito, apenas informaram que no dia da reunião, com o senhor vereador Marco Domingues, saberia qual o assunto a tratar. Assim sendo, só no dia da reunião soube que tinha a ver com a apresentação das fotografias na assembleia municipal. O senhor vereador na altura dessa reunião argumentou que era conveniente que enviassem as fotografias para a câmara municipal, porque poderia a autarquia estar a desenvolver ações em relação ao objetivo que essas fotografias incluíam e que assim de evitaria estar com dissonâncias em relação a resolução de eventuais problemas e dispensava-se a apresentação das mesmas na assembleia. Na altura o senhor deputado concordou com esse argumento mas em situações que a câmara municipal pudesse estar a desenvolver ações no sentido de resolver os problemas que eram objeto das fotografias e enviá-las-ia para o endereço que agora lhe foi dado, mas assumiu este

compromisso em nome pessoal uma vez não sabia qual o assunto a tratar na reunião. Agora, o que vem escrito não é isso, ou seja, fala de todos os elementos porque fala em fotografias e etc. O senhor deputado queria que ficasse esclarecido que assumiu com o senhor vereador Marco Domingues enviar as fotografias sobre questões que eventualmente a câmara poderia estar a desenvolver alguma ação e deu um exemplo concreto: no verão passou junto à capela mortuária de Ouca e a envolvente exterior tinha mato bastante alto e, entretanto, passou lá um mês depois e já estava o local limpo. Este foi o compromisso que assumiu e que foi a título pessoal. O senhor deputado quis prestar este esclarecimento, porque provavelmente irá existir alguma dissonância de opinião. -----

----- Em seguida usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira começando por lamentar o facto de não poder continuar a ter o senhor deputado Pires Plácido nesta assembleia porque é um elemento ativo, e seguramente tão vaguese como qualquer vaguese, empenhado no concelho de Vagos onde reside há bastante tempo e do qual é já “filho”, e dizer que foi um prazer trabalhar com ele dentro da natural dissonância mas em consonância pelo menos em princípios relacionados com muitas matérias. O senhor Jorge Luís quis, assim, deixar uma palavra de apreço pelo trabalho que o senhor Plácido desenvolveu, enquanto membro da assembleia municipal, e pelo brio que teve no tratamento dos assuntos e pela honestidade de pôs nas propostas que fez e nas questões a que se pronunciou. Entretanto, referiu-se à questão anteriormente abordada pelo senhor deputado Rogério Simões, relativamente às fotografias apresentadas nas assembleias municipais, manifestando o seu total desacordo em relação ao facto de ter de se enviar o material com antecedência, explicando que tempo da censura prévia e do “lápiz azul” já lá vai há muito tempo. Esta ideia, para o senhor Jorge Luís, é completamente impensável e nunca o faria, mas respeita a opinião do senhor deputado Rogério, que tomou a decisão em nome pessoal, embora não tenha a mesma forma e a mesma calma de lidar com os assuntos tal como ele tem. No entanto, concorda que antes da sessão se dê conta que se pretende tratar de um ou outro assunto, mas isso deveria acontecer sempre numa reunião de preparação que devia existir antes da convocação entre o senhor presidente da assembleia e os porta-vozes dos dois grupos municipais. -----

----- Entretanto, o senhor presidente da assembleia informou de que relativamente à ordem de trabalhos os senhores deputados sabem que podem, sempre que entenderem necessário e útil, dirigir à Mesa da assembleia os assuntos que quiserem e os mesmos constarão, obviamente, da ordem de trabalhos, sem que lhes seja pedido o material correspondente aos pontos indicados. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado André Pinho que começou por desejar a todos um bom ano. Seguidamente fez referência à feira do livro social, promovida pela câmara municipal e a rede de bibliotecas de Vagos, como sendo mais uma excelente iniciativa onde estiveram presentes as instituições do concelho, nomeadamente de cariz musical e o grupo de teatro “O Fantástico”. Promoveu-se a solidariedade em Vagos, deu-se vida a um espaço que estava abandonado e quem ganhou, com tudo isto, foram as famílias carenciadas. Referiu, também, que durante o mês de dezembro esteve a ser feita, aqui neste edifício, a entrega de bens que depois foram distribuídos por famílias carenciadas do concelho de Vagos, estando o pelouro da ação social da câmara municipal de Vagos de parabéns pela iniciativa. Concluindo, falou sobre a sessão de esclarecimentos, feita pelo senhor presidente da câmara,

relativamente ao documento verde da reforma da administração local realizada há quinze dias lamentando que em Vagos se promovam debates e que realizem atividades, nas mais variadas áreas, e as pessoas não compareçam aparecendo sempre os mesmos, ou seja, as pessoas que já estão minimamente informadas e quem devia estar opta por não vir entregando-se ao comodismo. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da câmara para prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores deputados. Entretanto, começou por desejar a todos o bom ano de 2012. Relativamente à questão feita pelo senhor deputado Sérgio Freire que referiu tanto a invasão do mar como a erosão costeira são humanamente impossíveis de combater de forma definitiva. Existem vários acontecimentos à escala mundial onde demonstram claramente que a natureza e a terra o ser vivo que é constituem uma surpresa para o homem e não é dominável por ele. É possível prever algumas, é possível controlar alguns dos eventos mas não é possível de forma definitiva combatê-los. Aquilo que aconteceu há dez anos atrás e que voltou a suceder agora, um km mais a norte, é algo que irá acontecer com mais ou menos frequência. O INAG que tem a gestão costeira de todo o país e todas as pessoas que estudam o assunto à escala mundial e há vários anos a esta parte entendem que não há certezas porque o mar é algo de imenso, de incontrolável e de desconhecido. Portanto, o que se fez foi uma intervenção de urgência e imediata, não tendo sequer sido de curto prazo. Tendo em consideração as marés vivas de dezembro, e as futuras marés vivas à data em que sucedeu, entendeu-se que a melhor forma era restabelecer o cordão dunar para impedir que a água do mar, ou uma quantidade da água do mar, viesse a entrar sobre a ria e que o desgaste que o mar provocava no cordão dunar reconstruído impedisse dessa forma que metros cúbicos de água entrassem diretamente na ria e, por outro lado, eliminar aquilo que tinha sido a criação do mar de uma comunicação direta com a ria. Em cima dessa ação que foi a reposição imediata do cordão dunar, com cinco metros de altura por cinco metros de largura, e que teve uma operação muito bem-sucedida e uma ação com uma prontidão que é de louvar, e já foi alvo de agradecimento público ao INAG pela disponibilidade por estar aqui e à senhora ministra do ambiente por estar aqui em Vagos e assumir uma despesa não orçamentada no orçamento de estado, e nos tempos que correm é das coisas mais difíceis que podem acontecer. A senhora ministra assumiu a execução mesmo ainda sem cabimentação orçamental, ultrapassando aquilo que tinha sido o despacho do senhor ministro das finanças que só aceitaria despesa cabimentada no ano de 2012 numa forma de combater o défice. Contudo, correu tudo bem em termos orçamentais e correu tudo bem em termos de execução. Quanto a intervenções de curto, médio e longo prazo estão a ser conjugadas com vários instrumentos de planeamento e com vários instrumentos de investimento. Desde logo, as de curto prazo associam-se a um conjunto de projetos que estão inscritos no POLIS da ria. O POLIS da ria tem uma ação e a câmara foi há dias convocada para o ante projeto de reforço de todo o cordão dunar até Mira e portanto o que está aqui em causa é construir em cima do cordão existente um novo com uma nova dimensão, com uma nova altura e com uma nova largura e estão a ser dados os passos em termos projeto para que seja uma realidade em termos de obra até 2013. Entretanto, há um conjunto de circunstâncias de cariz ambiental e associadas ao regime de propriedade privada que devem ser respeitados e portanto essa é a intervenção urgente. A intervenção de médio e longo prazo está a ser estudada no POOC e portanto questões como a aplicação de *bigbags* na frente costeira e numa defesa

aderente destacada, a duzentos metros da costa, a aplicação de pedra, a criação de novos porões ou o aumento dos já existentes, a criação de um cordão dunar ainda maior, ou seja, que ocupe toda a restinga e o prolongamento das defesas aderentes em linha de praia, estão a ser debatidas e estudadas por quem sabe mais. São ações cuja expressão financeira é imensa e portanto são cenários de médio e longo prazo, para que o efeito erosivo da ação costeira, a subida média do nível das águas e o efeito erosivo da não deposição de inertes de forma natural pelo mar sejam combatidos da forma mais eficaz possível. Sendo certo que esta questão do mar é uma questão sempre em aberto que exige adaptação das instituições e das obras à medida que se vão verificando fenómenos que mudam as equações do problema e redundam em novas soluções ou soluções diferentes. Tudo o que se pensou e deu como assente mudou completamente nos dias em que o mar entrou no Labrego, porque neste dia subiu de forma estrondosa na Barra e esta é a zona mais defendida desta zona da costa, tendo imensos porões (grandes, médios, pequenos) e cordão dunar, e mesmo assim o mar entrou por ali a dentro destruindo o cordão dunar, uma concessão, o *offshore*, movimentou milhões de metros cúbicos numa semana ou duas e isto mudou completamente a forma de pensar e ver no mínimo da pessoa que mais sabe disto que é o professor Veloso Gomes. E face a isto, ao facto do mar ter entrado onde não era previsível e onde era previsível que entrasse não ter pura e simplesmente avançado um metro que fosse, todas as soluções que estão a ser estudadas, e que vão ser propostas na revisão do POOC que depois se consubstanciarão em obras, tem essa limitação, ou seja, de que trabalham com factos e estes são alteráveis pela própria natureza. Quanto à criação de novas praias o senhor presidente começou por referir que se ser ambientalista é defender o ambiente, então, ele é tão ambientalista como os outros não dá é valor a quem para além de se considerar ambientalista emite opiniões fundadas num conhecimento que não tem, ou porque não estudou em termos de formação académica ou porque não estudou em termos de percurso. Quando se emite uma opinião sobre um impacto ambiental da criação de qualquer coisa deve ter-se conhecimento da definição de impacto ambiental e existem duas: há a definição de quem sabe, de quem estudou e de quem pode avaliar esse impacto e há a definição de senso comum. Qualquer pessoa pode dizer que há um impacto. Se se cria uma zona de acesso às praias as pessoas vão caminhar por cima do cordão dunar, ainda que de forma protegida, por cima de passadiços e haverá sempre lixos. É um facto haverá sempre um custo acrescido na gestão de novas praias, agora também é um facto que é difícil de contabilizar, para quem não esteja por dentro dessa matéria, qual é o impacto ambiental de continuar a canalizar milhares de pessoas para o mesmo sítio. E portanto, quando falam em impacto ambiental pessoas que não têm capacidade técnica para definir um impacto ambiental não pode ser valorizado. Há sem dúvidas uma consideração ou preocupação por parte de alguns comerciantes locais da praia da Vagueira que pensam que se as pessoas forem encaminhadas para ali o negócio deles terá probabilidade de ter mais clientes e se as pessoas forem dispersadas para outro local elas tenderão a não se deslocarem lá. Este é o sentimento imediato da pessoa que olha para o seu negócio e quer ver o maior número de pessoas à volta dele para ter um grande potencial de clientes. Essa é uma preocupação legítima dos contribuintes. Contudo, não foi nada disto que o senhor presidente disse. Aquilo que ele disse foi que no processo de revisão do POOC foram abordados vários assuntos e referiu ele imensos, de grande interesse, entre os quais a defesa de costa,

a requalificação dos equipamentos, a dimensão dos equipamentos, a redefinição das praias, ou seja, fez uma listagem de assuntos debatidos com o INAG acerca da orla costeira e aquilo que se queria que para Vagos fosse considerado. Entre essas hipóteses, e porque surge conjugado com as praias fluviais que os senhores deputados Rogério Simões e Pires Plácido aqui falaram dos projetos que a CIRA assume e o município de Vagos paga, uma vez que é isto que está no POLIS da ria, são componentes municipais de investimento por via da CIRA, que é a entidade que faz parte da sociedade POLIS da ria, uma das praias fluviais com maior dimensão surge exatamente na confinidade entre Vagos e Ílhavo. Assim sendo, só há duas hipóteses: ou se fecha os olhos e as pessoas vão na mesma, ou então decide-se assumir ali, face aos equipamentos que vão aparecer junto à ria, e está provado em projeto, e face à praia fluvial que está ali, que as pessoas vão querer ir até ao mar e terá de se definir um estacionamento junto à estrada disciplinado, até para a própria praia fluvial, disciplinar um acesso à praia por passadiços, para não destruir o cordão dunar, ou seja, criar-se regras e o que acontecer lá acontece de acordo com determinadas regras. Se se fechar os olhos as pessoas vão na mesma estacionar, atravessar, calcar as dunas e poluir as dunas porque não têm nada para por o lixo e no fim tem-se um problema ambiental cujo impacto ambiental terá de ser definido por um técnico na área. Portanto, quando se conhece todos os projetos que envolvem o cordão dunar e se decide discutir e apresentar hipóteses de criar novos pontos de acesso, e uma das questões colocadas mais interessantes tem sido o facto de existir uma praia que se chama Labrego, de acesso condicionado pelo privado, o que é notável, uma praia pública de acesso condicionado pelo privado, e as pessoas se quiserem aceder à praia têm de pagar. O que está em causa na segunda praia, aquela que é suposto ser criada a sul da Vagueira, é exatamente a praia do Labrego mas de acesso público, livre e desimpedido e não que reverta a favor de um privado que deixa passar as pessoas e estacionar as viaturas quando bem entende e quando as pessoas pagam. Isso é que é inadmissível, e ao contrário do que se fez passar e daquilo que tanto preocupa alguns contribuintes da Praia da Vagueira não é nada do que se falou e portanto a câmara terá em consideração e o INAG, o ICNB e a ARH muito mais, e pondera muito bem a criação de qualquer praia, a colocação de qualquer equipamento, todos os impactos ambientais que são definidos e redefinidos, estudados e avaliados, por técnicos e empresas que sabem do assunto para daquilo que é o senso comum de cada um de nós sobre estas questões. Relativamente à questão colocada pelo senhor Pires Plácido referiu que é um “adepto” e um apreciador da pintura de Fernando Gaspar, e do pai o Humberto Gaspar. O Fernando Gaspar foi convidado, por várias vezes, pelo Município, assim como o senhor seu pai, e entendeu, sem qualquer tipo de crítica, não se associar aos vários eventos que a câmara foi definindo. Com é óbvio, a câmara não tem um espaço com a mesma dimensão e dignidade para que seja feita uma exposição tal qual ela está a ser feita em Aveiro, ou como já foi feita noutros sítios do país. A câmara convidou o senhor Fernando Gaspar, e outros pintores do concelho, para vários eventos associados à pintura e entenderam esses senhores declinar o convite que lhes foi endereçado. Quanto ao PP Boa Hora Floresta o investidor não está fora do prazo. O que diz a proposta deles é que assim que seja comunicada a disponibilidade da câmara para efetuar a escritura de compra e venda eles têm um prazo de três meses para preparar a operação e a transferência bancária. Entretanto, foi-lhes comunicado em meados de outubro que por parte da câmara municipal estava tudo pronto e houve uma



reunião com o investidor que disse que em princípio em novembro reuniria condições para fazer a escritura. Percebeu-se, depois, que as coisas se tornaram mais difíceis do que o previsto, pelo investidor, e até ao fim do prazo, em janeiro, a câmara aguarda que se cumpra o acordo e se outorgue a escritura pelo valor acordado. No que diz respeito à possibilidade de financiar as famílias carenciadas no novo acesso a meios de informação e comunicação, nomeadamente a televisão digital terrestre (TDT), é algo que não foi, ainda, considerado pela autarquia, mas a ser um problema merecedor de apoio social a câmara municipal saberá dar a resposta adequada. Quanto ao senhor deputado Rogério Simões e à partilha de informação está tudo correto, uma vez que foi tudo falado aqui e não se altera nada e portanto o senhor presidente julga ter sido isso que o senhor vereador Marco transmitiu, mas sobre isso ele esclarecerá. A carta não iria além daquilo que foi aqui falado, de outra forma não faria sentido, não havendo intenção de exercer qualquer tipo de censura sobre a informação a ser apresentada nesta assembleia. Aliás, como se sabe censura prévia, pós 25 de abril, existiu uma e foi nesta assembleia num mandato do CDS-PP através de um “famoso” despacho que o levou a ausentar-se de umas quantas sessões, durante vários meses a fio, e portanto tirando essa o senhor presidente não conhece mais nenhuma. Concluindo, não passou pela cabeça do senhor presidente censurar o que quer que seja, apenas, o que está em causa é exatamente o que foi conversado quando o senhor deputado Rogério colocou a questão de ter à sua disponibilidade meios audiovisuais que permitissem a visualização. -----  
----- Entretanto, usou da palavra o senhor vereador Marco Domingues começando por desejar a todos o bom ano de 2012. Relativamente a questão da TDT a câmara não está associada no vetor que o senhor presidente referiu mas está no aspeto da divulgação, através de informação colocada nos mupis, cartazes distribuídos e informação colocada no *site*, a cumprir algumas diligências, num género de protocolo, solicitadas pela ANACOM. Entretanto, aguarda-se o agendamento de uma sessão de esclarecimentos, com um técnico da ANACOM, a decorrer em Vagos, no sentido de clarificar algumas questões relativamente à forma como este processo está a ser conduzido, porque, e de acordo com o que vem sido dito na comunicação social, existem muitas dúvidas. Relativamente à questão colocada pelos senhores deputados Rogério Simões e Jorge Luís o senhor vereador informou de que nada lhe passou pela cabeça que não fosse uma total transparência dos dados e da forma como se trabalha. O que pode ter havido aqui talvez tenha sido uma diferença de interpretação que pode ter a ver com duas questões: a primeira relativamente ao *e-mail* pela forma sucinta como o mesmo foi redigido e a segunda, provavelmente, por alguma ingenuidade não tendo pensado nos prós e contras de todas as questões. Entretanto, recordou que quando convocou os senhores deputados Rogério Simões e Juan Carlos Martins para a reunião fê-lo enquanto porta-vozes dos grupos parlamentares, e não a título pessoal. Nessa altura foi muito claro em relação à questão da transparência e referiu que qualquer tipo de suporte de imagens que fosse enviado, e se eventualmente já tivesse corrigido, seria sempre apresentado. Portanto, da parte do senhor vereador Marco e da parte da câmara municipal não houve qualquer tipo de censura prévia. O que se quis aqui evitar, e disso o senhor vereador assumiu toda a responsabilidade quer para com o senhor presidente da câmara quer para com o senhor presidente da assembleia municipal e a respetiva mesa porque não lhes deu conhecimento disto, entendendo que não era necessário, que se viesse aqui discutir questões que estavam ultrapassadas, mas que podem sempre

ser apresentadas se os senhores deputados assim o entenderem. Concluindo, afirmou que nunca foi sua intenção ter qualquer tipo de censura relativamente aos assuntos apresentados nesta assembleia. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Rogério Simões para referir que o que foi dito aqui pelo Senhor Vereador Marco vem de encontro aquilo que ele entendeu da reunião realizada, mas que de facto o que vem no *e-mail* não foi o que se combinou, lido como está. Quando o senhor vereador diz que convocou o senhor deputado na qualidade de porta-voz isso é verdade mas como não sabia quais eram os pontos a discutir na reunião não pode consultar os restantes elementos do grupo parlamentar e portanto não podia responder por eles. Relativamente à intervenção do senhor presidente não pode deixar de responder dizendo que concorda com o senhor presidente quando referiu que o CDS-PP não se resumia ao executivo e o senhor presidente sabe muito bem que nesta assembleia interveio na discussão dos pontos enquanto líder da oposição por autorização do senhor deputado, na altura presidente da assembleia municipal, coisa que nunca foi feita a nenhum outro líder da oposição. Aliás, lembrou que no primeiro mandato que fez o líder da oposição foi aqui apupado, nesta assembleia. É verdade, o senhor deputado concordou que ficou prejudicado em termos de executivo mas em termos de assembleia o senhor presidente enquanto líder da oposição foi mais beneficiado que algum o foi depois do 25 de abril. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís para subscrever o que disse o senhor presidente porque houve realmente um período em que existiu a lei da rolha da qual ele foi vítima e nisso estão ambos de acordo. Em relação à censura prévia referiu de que não tem dúvidas nenhuma das boas intenções do senhor vereador Marco Domingues mas há uma questão que quis aqui deixar bem clara, ou seja, o senhor Jorge Luís não vai fazer, e aconselha que ninguém o faça, essa remessa prévia de qualquer tipo de documento ou fotografia porque como se costuma dizer, e pode adaptar-se perfeitamente aqui, "*à mulher de César não lhe basta ser séria tem de parecê-lo*" e portanto para que não restem nenhuma dúvida de qualquer resquício ou de qualquer coisa menos correta o melhor é não se fazer nada disso. Todos, aqui, somos pessoas decentes, todos fomos eleitos e visualizamos as imagens que o executivo camarário entender apresentar nesta assembleia, antes das sessões, e portanto não há razão nenhuma para que as dos deputados sejam apresentadas antes, até porque podem ser situações que surjam na véspera. Concluindo, o senhor deputado Jorge Luís nunca o fará e não aceitará que sejam censuradas por não terem sido vistas previamente. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins para acrescentar que nessa reunião, referida pelo deputado Rogério Simões, foi combinado que as imagens seriam enviadas ao senhor vereador mas o que viria à assembleia seria trazido em mão dos próprios grupos parlamentares e introduzido no computador pelos próprios, e mais alguma coisa que houvesse necessidade. Portanto, o que o senhor deputado entendeu, e parece que estão de acordo com o senhor deputado Rogério Simões, é que não haveria qualquer tipo de censura e que trariam as imagens em mão independentemente das situações a apresentarem estarem ou não resolvidas. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Sérgio Freire para agradecer o esclarecimento do senhor presidente da câmara relativamente às obras que estão a pensar ser feitas, mas não pode deixar de referir que isto é uma questão de decisão política que foi pedida pela câmara, e portanto não é uma

questão técnica. O senhor deputado também não é técnico do ambiente mas pode sempre opinar sobre questões que dizem respeito ao ambiente e ao meio que nos envolve. Realmente, há entidades muito competentes, e ainda bem, mas todos conhecem os prédios existentes em frente à da praia da Vagueira e apesar de tantas autoridades competentes eles estão lá e hoje se calhar não estava aquela zona no risco que está se as mesmas autoridades competentes tivessem feito o que deveriam ter feito. -----

----- Entretanto, e quando era cerca das 19h 20m ausentou-se da sala o senhor deputado João Carlos Loureiro. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao **período da “ordem de trabalhos”**, submetendo a apreciação o ponto um: -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----O senhor presidente da câmara deu a conhecer à assembleia Municipal a atividade municipal, no período compreendido entre 27 de setembro e 27 dezembro de 2011.-----

-----Deu, ainda, a conhecer a informação financeira à data de 27 de dezembro de 2011, bem como os processos pendentes em tribunal, em que o município de Vagos é parte e que envolvam eventual responsabilidade financeira. -----

-----Pedi e usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís e referiu que neste ponto da ordem de trabalhos gostaria de colocar duas questões. A primeira delas era saber se já existiria algum relatório da auditoria feita à câmara municipal. Entretanto, o senhor deputado referiu achar estranho não haver qualquer referência, nesta informação do senhor presidente, ao parecer que ficou de fazer. A segunda questão está relacionada com um assunto tratado, nesta assembleia, no dia 30 de setembro e que foi o processo de divisão de coisa comum onde houve afirmações várias. Na altura o senhor Jorge Luís levantou a questão de que se devia conhecer melhor o processo fazendo, inclusive, a afirmação de que eventualmente as pessoas iriam votar sem conhecer o que estavam a votar. O senhor deputado mantém aquilo que disse na altura por entender, ainda hoje, que foi o que aconteceu. Nessa altura colocou a hipótese de haver uma percentagem daquele terreno que ainda não fosse de nenhum dos dois que o dividiam entre si, e disse-o baseado nos registos. O senhor presidente teve oportunidade, de em sede de comunicação social, dizer que o que importa não são os registos mas sim as escrituras. Assim sendo, o senhor Jorge Luís referiu que a última escritura, sobre a matéria, foi feita dez dias depois da sessão da assembleia municipal que aqui se realizou. O acordo está feito e de acordo com a autorização que esta assembleia deu e nas condições em que deu, não quis esperar teve pressa. O senhor deputado não sabe se daqui por dois anos, quando a câmara der a volta e já não for esta, haverá, como houve há dez anos atrás, uma auditoria que venha levantar alguns problemas que nunca ninguém, ou pouca gente, tinha levantado e se chegue à conclusão que existiram alguns erros e de algumas coisas que não foram bem tratadas e nas quais a assembleia municipal andou menos bem, como noutro tempo em que andou mal. Portanto, para memória futura o senhor deputado agradecia que ficasse registado em ata aquilo que acabou de dizer aqui. A última escritura, e podem depois dizer que já havia uma escritura para aquele efeito, foi feita dez dias depois da aprovação da matéria nesta assembleia. Há certos procedimentos notariais que custam a perceber. Entretanto, o senhor Jorge Luís gostaria de saber se a câmara

municipal já conseguiu recuperar o veículo que tinha penhorado, em sede de um processo judicial, e que estava a fazer falta e gostaria de perceber como é que se chegou a uma situação destas, aparentemente por não se ter dado uma resposta, em tempo útil, ao tribunal. Concluindo, questionou se, entretanto, houve mais algum desenvolvimento em relação à questão da Lomba do Forte Velho, porque o que se vê na informação remetida pelo senhor presidente, e se bem se entende, houve um pedido indemnizatório inicial de um milhão e quatrocentos e vinte e nove mil euros e já vai agora em três milhões e meio de euros. Este assunto andou para aí durante uns meses sem se perceber muito bem o que fazer e entretanto surge um processo no tribunal e o senhor Jorge Luís pretendia saber se depois do município ter reclamado e de as partes terem feito requerimentos provatórios se houve alguma novidade e em que pé é que isto está. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Pires Plácido e começou por referir a questão da divisão de coisa Comum não querendo questionar se no dia da votação o fez em consciência ou não. A única coisa que tem a dizer é que no PSD foi assumido um compromisso para com ele, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Joana Ribeiro que ficou de lhe entregar um *dossier* com tudo o que se tinha passado em relação a esse assunto. A verdade é que esse *dossier*, até hoje, não foi entregue e como tal, e não querendo duvidar que alguma coisa não esteja bem, o senhor Pires Plácido ficou desiludido com a postura que tiveram para com ele porque não é pessoa de gostar de ser enganado muitas vezes. Nesta assembleia tem sempre de se tratar dos assuntos de forma clara e com toda a verdade e na sessão onde foi aprovada a divisão de coisa comum não tendo ficado satisfeito com a postura de dois deputados do grupo parlamentar do PSD, por se absterem de uma votação, quando tinha sido combinado numa reunião preparatória da assembleia municipal votar-se a favor. Todas estas situações levam as pessoas, por vezes, a pensar que os mais honestos e aqueles que querem trabalhar a verdade não devem andar nestas casas. Lamentou ter que o dizer mas a frontalidade que o caracteriza a isto o obrigou. O senhor deputado esperava ter hoje, aqui, para se discutir, este ponto com dados fundamentados, passados pela Dr<sup>a</sup> Joana Ribeiro, que até agora não foram entregues. -----

----- Entretanto usou da palavra o senhor presidente da câmara para esclarecer as questões colocadas pelos senhores deputados Jorge Luís e Pires Plácido. Assim sendo, começou por esclarecer que ainda não há relatório da auditoria à câmara municipal e provavelmente só lá mais para a frente, mas, logo que houver, como é óbvio, será do conhecimento quer da autarquia quer da assembleia municipal. Relativamente ao parecer dos vencimentos na MAISVAGOS será entregue, logo que possível. Antes de pedir o parecer teve de se informar a quem o deveria dirigir e ficou a saber que este deve ser remetido ao secretário de estado que o dirigirá à diretora geral das autarquias locais e esta, por sua vez, o dirigirá à CCDR e esta à Dr<sup>a</sup> Maria José Castanheira Neves. Entretanto, o senhor presidente esteve a falar com a Dr<sup>a</sup> Maria José Castanheira Neves, acerca de vários assuntos incluindo este, e ela mostrou-se disponível para dar o parecer, sendo certo que ele entende que todas as dúvidas interpretativas da lei estão dirimidas com a lei que entrou em vigor no dia 16 de novembro e que diz que todos os elementos dos órgãos sociais da MAISVAGOS que estejam nomeados pelo acionista município não poderão receber qualquer tipo de importância a qualquer título. Esta informação foi transmitida verbalmente, de imediato, à MAISVAGOS e à câmara municipal, embora provavelmente o tenha de vir fazer por escrito.

Quanto ao processo de divisão de coisa comum o senhor presidente informou de que não irá discutir o assunto com o senhor deputado Jorge Luís porque, por mais que se explique, irão estar sempre em campos opostos e portanto entende que não vale a pena continuar a discuti-lo. A única coisa que o preocupava é que fosse assegurada a legalidade que presidiu às deliberações. Ela foi assegurada, o juiz homologou o acordo por sentença transitado em julgado e deu como boa a decisão judicial, da câmara municipal e da assembleia municipal. Relativamente à penhora do veículo explicou que o senhor Fernando Gaspar, titular da Proto Concept com outros sócios, contratou com a câmara municipal o fornecimento de um conjunto de equipamentos para a praia do Areão e da Vagueira. No decurso do processo foi cedido a uma instituição bancária um crédito, naquilo que se chama vulgarmente como contrato de *factoring*. Entretanto, a Proto Concept tinha dívidas a um conjunto de fornecedores ou pessoas que trabalhavam com a empresa. Ora, esses credores avançaram com ações executivas sobre a Proto Concept. Seguidamente dá-se início a um processo de falência e iniciam-se todos os trâmites de um processo de falência e a autarquia é notificada pelas finanças. Entretanto, a câmara municipal é notificada pelo advogado do senhor João Luís Santos Pinho para informar se esta era devedora da Proto Concept e se poderia pagar o crédito do senhor João Luís Santos Pinho. Acontece que a câmara municipal não podia pagar porque tinha sido notificada pelas finanças e todos os créditos que ele pudesse receber deveriam ser pagos ao Serviço de Finanças de Vagos e não ao senhor João Luís. Portanto, a câmara ficou emparedada por um processo de falência, por uma execução fiscal e por uma ação executiva. Entretanto, o processo de execução decorre, estranhamente, apesar de ser iniciado o processo de falência e de haver a reclamação de créditos e o senhor João Luís ter participado na reclamação de créditos. Apesar de tudo a juiz de execução decidiu dar prosseguimento ao processo até que o senhor João Luís decide penhorar um bem da câmara municipal por esta ser devedora, e é. Tentou resolver-se isto fora do processo, juridicamente não era possível, mais uma vez, hoje, do ponto de vista fiscal, o senhor João Luís regularizou toda a situação com as finanças que no entender dele, e pelo vistos bem, não devia rigorosamente nada. Apesar de tudo estar esclarecido continua, pendente, o processo de execução. O transtorno que esta situação está a causar à câmara municipal é mais que muito, como é óbvio, porque o valor em dívida é muito inferior ao do bem. Concluindo, a câmara avançou, junto do tribunal, com um pedido de substituição da penhora por um depósito em caução. Quanto à Lomba do Forte Velho houve uma petição inicial, houve uma contestação, houve uma réplica, houve uma reformulação do pedido inicial e houve uma resposta por parte da câmara municipal. Entretanto o juiz do processo elaborou o despacho saneador e a autarquia reclamou de alguns dos quesitos por parte do juiz. Neste momento, aguarda-se que o Juiz decida sobre a reclamação e marque julgamento. No próprio despacho saneador o juiz fixou o pedido máximo, cerca de 1,4 milhões de euros. Relativamente à Lomba do Forte Velho, e esquecendo o processo, a câmara municipal no tempo do Dr. João Rocha, em 1989, lançou um concurso público para alienação de um terreno na floresta com cinquenta hectares e houve dois concorrentes, tendo o concorrente Licínio Ramos Lda. ficando em primeiro lugar e ganhou o concurso. Por força disto, foi elaborado um contrato de promessa e por força deste a empresa Licínio Ramos Lda. deu entrada na câmara municipal a um sinal e a reforços desse sinal no valor de setenta e tal mil contos (moeda em vigor na altura). Como os senhores bem sabem não

foi possível no tempo do Dr. João Rocha, não foi possível no tempo do Dr. Carlos Bento e não foi possível até à presente data, devido às alterações dos planos de ordenamento e portanto o que hoje parece impossível torna-se possível, desafetar aqueles terrenos para aquele objetivo que presidiu à compra e venda. E não foi possível por um conjunto de circunstâncias e de atos de entidades terceiras, sendo que quem tem a gestão daquela floresta é a DGRF, hoje a autoridade nacional de florestas, por baixo daquilo existe uma rede natura 2000, o sítio das dunas de Mira, Gândara e Gafanha, que se opuseram sempre à desafetação, incluindo a própria comissão da reserva ecológica nacional, para aqueles cinquenta hectares para aquele empreendimento concreto, apesar de estar previsto no PDM em 1992 e na lei da reserva ecológica nacional na carta de Vagos. Não foi possível, e todos sabem o que é que aconteceu na revisão do PDM, onde é que foi localizado a zona turística, no sítio mais impensável possível, ou seja, no domínio do estado em frente à zona industrial de Vagos. Foi um passo na localização do empreendimento turístico na certeza de que ele seria de difícil concretização. Mas, chegado aqui o senhor Licínio Ramos, e o Licínio Ramos Lda. que representa, cansou-se e apresentou uma ação contra o município de Vagos para que este lhe devolva o dinheiro que ele aqui colocou, com os respetivos juros, e o indemneze nas despesas que teve com este processo. Entretanto, o senhor Licínio contabilizou essas despesas e a câmara municipal discorda de um conjunto de despesas. A interpretação da câmara municipal é no sentido da devolução do sinal e dos respetivos juros, à qual o senhor Licínio Ramos discorda e assim sendo, aguarda-se para ver o que é que acontece a partir de agora. Quanto ao senhor Pires Plácido o senhor presidente pede desculpas, pessoalmente, e publicamente defende a Dr<sup>a</sup> Joana Ribeiro, uma vez que ela não tem culpa nenhuma por o *dossier* não ter sido entregue. A Dr<sup>a</sup> Joana dez dias depois da sessão da assembleia municipal tinha enviado o relatório, sobre o processo, para o endereço de *e-mail* do senhor presidente. Acontece que esse relatório tem algumas coisas que, entende o senhor presidente, não estão bem definidas e não tinha uma parte que considera ser a mais importante para os senhores deputados, e que foi a grande questão aqui colocada: como é que a partir de determinada altura do processo o senhor Licínio Ramos que tinha assumido pagar uma indemnização se desvincula dela? Esta foi a grande questão e não estava refletida no relatório e tem de estar, assim como quer que esteja, para que todos percebam que o valor indemnizatório não era um valor fixo ou real, incluindo os três estudos económicos existentes e que conduzem a valores completamente distintos de indemnização e o que é que lhes deu causa. Portanto, o único responsável por o senhor Pires Plácido e os restantes deputados, ainda, não terem esse relatório é o presidente da câmara e mais ninguém. Assim que o relatório estiver concluído e com toda a informação tê-lo-ão ao vosso dispor. -----

-----Voltou a usar da palavra o senhor deputado Pires Plácido para, depois do esclarecimento prestado pelo senhor presidente da câmara, pedir publicamente desculpas à Dr<sup>a</sup> Joana porque pensava que o facto de não ter recebido o relatório era responsabilidade dela. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira e começou por solicitar ao senhor presidente da assembleia que logo que fosse possível se fizesse um intervalo, uma vez que a ordem de trabalhos é extensa. Continuando, referiu que não há aqui nenhum processo do senhor Licínio Ramos, até porque se houvesse ele não podia ser membro da assembleia municipal nem presidente da

junta de freguesia, uma vez que tinha negócios pendentes com a câmara municipal. O que existe aqui é uma empresa, e não há nada de pessoal, e há uma afirmação feita agora que deixou o senhor Jorge Luís perplexo porque ele costuma ler as atas da câmara municipal e não viu em nenhuma em que tivesse havia uma decisão sobre esta matéria. Assim sendo, quer ser informado da data em que a câmara aceitou que tinha determinada importância a pagar e não tinha resto. Mas este assunto até pode ser agendado para outra altura porque há muito tempo para discutir este processo, bastando apenas que fosse entregue a contestação que a câmara terá feito à petição inicial apresentada pela empresa para ficarem todos um bocado mais elucidados. Agora, vem o senhor presidente da câmara dizer que há uma deliberação em que a câmara decidiu opor-se ao parecer jurídico, mas essa deliberação não está escrita em ata nenhuma, portanto não pode ter havido decisão nenhuma da câmara. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Rui Neto para deixar uma palavra relativamente à situação da Dr<sup>a</sup> Joana subscrevendo que esta não teve grande influência na altura. Ele próprio foi dos deputados que falou também com o senhor Plácido e com o senhor Jorge Luís e que tomou uma posição entendendo que era a mais justa face aquilo que decorria. Entretanto deixou uma consideração ao deputado Jorge Luís e que foi a seguinte: se os factos relatados pela Licínio Ramos Lda. são verdadeiros ou são falsos, se a situação tal qual foi decidida pelo tribunal é justa ou é injusta e se a câmara sai lesada ou beneficiada desse processo de divisão, sem partidarizar e vendo a situação como município, vivendo a situação tal qual ela foi decidida, sinceramente, entende o senhor deputado que a câmara sai beneficiada e não há nenhuma manobra mais obscura do que quer que seja. Poderão existir algumas vicissitudes mas a situação de resultado e de justiça na sua opinião, uma vez que também influenciou esta bancada, acha-a, enquanto deputado e município, extremamente justa e mais em benefício da câmara. -----

----- Entretanto usou da palavra a deputada Catarina Oliveira para referir que ao contrário do senhor Pires Plácido pediu ao senhor presidente da assembleia para ver o processo e foi vê-lo. Entretanto, gostaria de deixar duas considerações: a primeira é que, e depois de tudo o que ouviu até agora, chegou à conclusão que esta assembleia municipal deliberou sobre aquilo que não conhecia: a segunda é dizer que apesar de o senhor deputado Pires Plácido ter pedido o relatório agora já não lhe vai valer de nada, uma vez que foi feito o acordo e homologado por sentença e portanto votou sem conhecer, assim como os outros deputados do PSD. Entretanto, deixou os parabéns aos deputados que se abstiveram porque certamente o fizeram conscientemente talvez por terem lido as atas que não quiseram que fossem lidas aqui. Apesar de entender não ir muito a tempo a Senhora Deputada ofereceu-se para entregar ao senhor Pires Plácido uma cópia da escritura feita no dia 10 de outubro, já depois da assembleia ter deliberado. Essa escritura não estava no processo no dia em que o foi consultar, não estava no dia da assembleia municipal porque não existia e aquilo que o senhor presidente da câmara disse aqui não era verdade, uma vez que foi feito um acordo segundo uma escritura que não existia. Se o acordo é bom ou mau não está aqui em causa mas sim esclarecer que esta escritura que o senhor presidente disse que existia não existia. -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Jorge Luís para responder ao senhor deputado Rui Neto e dizer que fez o que fez que foi propor adiar a questão para que todos pudessem conhecer o processo e

votarem em consciência porque entendeu na altura que era essa a melhor solução, independentemente do resultado. Os fins não justificam os meios. Se o fim foi o mais correto, se há benefício ou não o senhor Jorge Luís não sabe porque não viu a questão técnica, onde estavam as áreas e se estava tudo certo ou não. O que sabe é que houve aqui duas afirmações: uma de que havia dúvidas e outra de que estava tudo resolvido e justificado com a escritura. Portanto, alguém faltou à verdade e o senhor deputado quer que fique claro que se alguém faltou à verdade não foi ele. -----

----- Retomou a palavra o senhor presidente da câmara municipal para tentar esclarecer esta questão da escritura. Assim sendo, referiu que é óbvio que não podia dizer que estava no processo uma escritura que foi feita depois. O que disse foi que estavam no processo as escrituras que titulavam a totalidade da propriedade que a empresa Licínio Ramos Lda. se arrogava. -----

----- Entretanto, e quando eram cerca das 20h 10m, o senhor deputado Jorge Luís ausentou-se da sala alegando que se recusava a ouvir a resposta do senhor presidente da câmara. -----

----- O senhor presidente retomou a palavra para continuar a prestar os esclarecimentos que entendeu necessários. Continuando, referiu que a câmara municipal, no mandato do Dr. Carlos Bento, adquiriu a sua co-propriedade naquele terreno e não a registou. No dia em que a câmara deliberou e no dia em que a assembleia deliberou e no dia em que deu entrada a ação e no dia em que foi contestada a ação a câmara municipal não tinha registado os seus 12,58 avos que estavam em nome da vendedora. O senhor Licínio Ramos adquiriu posteriormente à câmara municipal 46,58 avos e existem escrituras de todos estes atos. Os 13,58 avos foram adquiridos às duas filhas do senhor César Resende, sendo que 6,5 avos adquiridos, a uma das filhas, foram imediatamente registados e o adquirido à outra filha a conservadora não fez o registo, porque o notário que fez a escritura entendeu que a podia fazer com uma chancela de anulabilidade pelo facto de não intervir na escritura o marido da senhora Maria do Carmo, e apesar da escritura estar feita ela solidificava-se na ordem jurídica ao fim de um ano depois de registada. A conservadora entendeu não o registar. Mas isso não significava que o senhor Licínio relativamente a co-propriedade da senhora Maria Teresa não tivesse a propriedade porque aquilo que transfere a propriedade não é o registo mas sim a escritura pública de compra e venda, a escritura de permuta, escritura de doação ou escritura de uso campeão. Entretanto, a senhora fez a partilha do património com o marido e ela foi averbada ao registo. O que foi feito no dia 10 de outubro foi uma nova escritura sobre aquilo que já havia sido vendido, daí as tais dúvidas do grupo parlamentar do Movimento VAGOSPrimeiro que não percebe como é que houve um notário que fez uma nova escritura sobre o que já havia sido vendido e a mesma pessoa vendeu novamente aquilo que tinha vendido antes, agora separada do marido e detentora, sem qualquer tipo de ónus, dos 6,58 avos da propriedade. Mas isso não significa que a empresa Licínio Ramos Lda. não tivesse os 46,58 avos. Aqui chegados, quando foi necessário atualizar nas finanças, porque nas finanças o senhor César Silva Resende tinha 13,58 avos e em termos de propriedade ou co-propriedade não tinha nada, e no registo por parte da câmara municipal e por parte da Licínio Ramos Lda. as coisas foram resolvidas de acordo com as instruções que foram emitidas pela conservadora e pela notária. Agora, nunca houve dúvidas nenhuma, porque existem as escrituras no processo, de que a Licínio Ramos Lda. eram detentora de 46,58 avos. Esquecendo tudo isto e passando só às deliberações da câmara municipal e da assembleia municipal. A câmara deliberou



aceitar uma proposta de acordo em determinados termos, ou seja, que a câmara tinha 12,58 avos e que a empresa 46,58 avos e que as cedências sejam um determinado valor e que não haja direito a uma indemnização caso as cedências seja menores. Foi isto que a câmara deliberou e não sobre a propriedade da empresa Licínio Ramos Lda.. A empresa podia até nem ter a propriedade e comprá-la a seguir. A câmara apenas deliberou em determinadas circunstâncias e a assembleia deliberou autorizar o acordo naquelas circunstâncias, e que era a câmara ter 12,58 avos e a Licínio Ramos 46,58 avos. Com é óbvio, se não tivesse não fazia efeito a deliberação da assembleia municipal. São duas coisas distintas: o direito administrativo e o direito civil. Portanto, aqui ninguém inventou nada, nem escondeu nada a ninguém, o que aconteceu, no dia 10 de outubro, foi a regularização de uma situação que a conservadora de hoje entendeu que era o único caminho, discordando o senhor presidente, ou outro jurista qualquer, desse caminho, mas quem tem que definir como se faz na conservatória é a conservadora e ela entendeu que não tinha que corrigir os erros da anterior conservadora que não registou o que devia. Aliás, há uma ação de preferência do arrendatário da altura e esta é posta contra 46,58 avos da empresa Licínio Ramos Lda.. Se esta empresa não tivesse 46,58 avos a ação era posta contra 70,116 avos. -----

----- Retomou a palavra a deputada Catarina Oliveira para esclarecer que nunca aqui foi dito que o registo é título aquisitivo, nunca aqui foi dito que a inscrição nas finanças é título aquisitivo e não se compreende porque é que o senhor presidente falou aqui tanto sobre uma questão que está decidida. A única coisa dita pela bancada do grupo parlamentar do Movimento VAGOSPrimeiro, e continua a dizer, foi que esta assembleia deliberou sem conhecer o assunto. Nunca foi dito que a decisão foi má e que o acordo foi mau, apenas disseram, e continuam a dizer, é que esta assembleia pronunciou-se sobre o assunto sem o conhecer aprofundadamente. E isso ficou claro até pelas palavras do deputado Pires Plácido. -----

----- Entretanto, e não havendo mais intervenções, quando eram cerca das 20h 20m, o senhor presidente da assembleia suspendeu a sessão, por 10m, para um pequeno intervalo. -----

-----Quando eram cerca das 20h 30m reiniciou-se a sessão, já com a presença dos senhores deputados Jorge Luís e João Carlos Loureiro e sem a presença do senhor César Ribeiro. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 08 de novembro de 2011, à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – TAXA DE DERRAMA PARA 2012;** -----

----- O ponto foi apresentado pelo senhor presidente da câmara e informou os senhores deputados de que de acordo com a deliberação da câmara e dos considerantes e da justificação da sua criação não haverá muito mais a dizer. O grande objetivo da criação da DERRAMA é visar sobre a tributação do lucro, e exclusivamente do lucro, tendo a ver com o relançamento da urbanização de outros espaços industriais, uma vez que relativamente aos novos espaços industriais, excluindo a zona industrial de Vagos que se auto financiou e o parque empresarial de Soza, cujo desenvolvimento é titulado por uma sociedade anónima, a câmara tem de reunir condições para adquirir e investir na urbanização. Portanto,

é esse o desafio, tentar criar uma receita que continue a financiar o desenvolvimento industrial no concelho de Vagos através da criação de novos pólos. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Pires Plácido para questionar o senhor presidente se esta taxa é para ser paga já em 2012, em relação aos lucros de 2011, ou é para ser cobrada em 2013, em relação aos lucros de 2012. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís e informou de que o Movimento VAGOSPrimeiro vai votar favoravelmente apesar de ter havido uma duplicidade na discussão em sede de câmara municipal. O assunto não é completamente pacífico porque tem a ver com a questão das isenções já concedidas e das eventuais isenções a conceder. No entanto, o Movimento entendeu que tendo em conta a situação financeira nacional e do município, em particular, faz todo o sentido haver um contributo do capital e dos ganhos de capital, nomeadamente das empresas que ganham mais, para aquilo que são as necessárias despesas e investimentos do município, não fazendo sentido de outra forma e estarão, naturalmente, atentos e empenhados em que a política de futuras isenções e reduções seja clara e transparente. -----

----- Retomou a palavra o senhor presidente da câmara para esclarecer o senhor deputado Pires Plácido de que a cobrança, sendo a taxa criada este ano, refere-se ao ano vencido. Portanto, vai acomodar-se como receita de DERRAMA aquilo que foram os rendimentos no ano em que é cobrada. Isto é o que diz a lei. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 08 de novembro de 2011, para conhecimento da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – RSU – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – TABELA DE PREÇOS;** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou de que isto é apenas uma informação da câmara municipal daí o ponto não estar sujeito a votação. -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e começou por referir que isto é consequência do regulamento que foi aqui aprovado nesta assembleia e que criou a possibilidade de implementar a taxa de resíduos sólidos urbanos (RSU). Removidas que estão as dificuldades de cobrança do respetivo preço, através da ADRA, entendeu a câmara municipal, para o ano 2012 e seguintes, fixar preços para os resíduos sólidos urbanos cumprindo a legislação nacional do setor a que todas as câmaras municipais estão vinculadas já a alguns anos a esta parte. A novidade, ou a exceção, tem a ver com a fórmula de cálculo do preço a pagar. Neste período de adaptação o município entendeu fixar de forma unitária e universal o valor por fogo. Mais tarde terá, obviamente, que adotar aquilo que são as recomendações do IRAR sobre esta matéria e que é tributar os RSU's de acordo com uma percentagem da fatura da água. O senhor presidente não irá discutir esse critério uma vez que é legislação nacional mas quando houver uma taxa de adesão, e não de cobertura porque essa já existe na casa dos 99%, que se associe à taxa de cobertura então ter-se-á que implementar o método de cálculo do preço de acordo com a percentagem da água. -----

-----Entretanto, e quando eram cerca das 20h 35m, deu entrada na sala de reuniões o senhor deputado César Ribeiro. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira e referiu que em relação a esta matéria não há votação porque a assembleia municipal passou “um cheque em branco” à câmara municipal para fixar os valores e taxas, tendo na altura chamado à atenção para isso. Continuando, referiu que subscreve inteiramente a necessidade e avalia o interesse em criar um encargo sobre os RSU's não só porque a lei a isso obriga mas porque tratar os lixos custa dinheiro e as pessoas têm que ter consciência disso. Contudo, há uma questão que tem de ser referida que é o facto de se ter criado um preço igual para todos. Pode isto ser igualitarismo mas não é equidade dando o seguinte exemplo: uma pessoa que vive sozinha e tem um consumo de água abaixo de 5m<sup>3</sup> vai pagar quase tanto do tratamento do lixo como de água que consome e uma pessoa que tenha uma família ou mais famílias a residir na mesma casa e a usar o mesmo contador vai pagar o mesmo valor que aquela que pessoa que faz os mesmos resíduos. Continuando, o senhor deputado colocou-se ao lado das organizações, ou seja, uma IPSS's que tem seis ou sete contadores vai pagar seis ou sete vezes mais que uma grande empresa fixada numa zona industrial. E portanto, esta taxa que já devia ter sido implementada, tendo toda a razão de existir, o que não devia nunca ser era nestes termos porque falta-lhe equidade, equilíbrio, razoabilidade, justiça social e se alguma parte devia ficar de fora era exactamente a parte fixa e então fazer-se indexar a qualquer coisa, como por exemplo o consumo da água, tal como fazem a maior parte dos municípios. Em Vagos isso é difícil porque o município nunca cumpriu o regulamento que fez para a água e que era obrigar as pessoas a ligar a água e ter os seus contadores a funcionar. Se isto tivesse acontecido agora não havia nenhum problema de se estender isso a, pelo menos, 90% do Município. O senhor deputado referiu ter conhecimento de que há uma ideia de indicar à ADRA quem são as casas sem contador e talvez ela faça cumprir o regulamento para assim se poder cobrar a taxa de RSU's a todos os munícipes. Mas a injustiça mantém-se porque é uma taxa igual para todos e nós não somos todos iguais, as famílias não são todas iguais e as organizações não são todas iguais. Mesmo que depois venham dizer que a ação social vai resolver o problema dos mais pobres isso pode ser uma solução mas não é de forma nenhuma fazer-se justiça mas sim de remedir a injustiça. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Pires Plácido e referiu que na informação enviada pelo senhor presidente da câmara, no dia 28 de outubro, para aprovação em reunião de câmara há um comentário do senhor vereador Silvério Regalado em que diz que deve ser proposto um tipo5 para Instituições sem fins lucrativos e na certidão que vem a esta assembleia não consta o tipo5 constando apenas quatro tipos. O que o senhor deputado pretende saber se isto é erro ou é mesmo assim, porque há aqui uma discrepância entre o que foi aprovado em reunião de câmara e o que está na certidão. -----

----- Entretanto usou da palavra o senhor deputado Rogério Simões para referir que o critério utilizado pela câmara não é o tipo de uso: doméstico, comércio e indústria. Referiu, ainda, que as Zonas Industriais, quando esta tabela for revista, deverão ter um tratamento específico porque é assim em quase todas, ou seja, o regulamento tem que apontar para um faturação específica. As zonas industriais

são muito específicas, as indústrias podem produzir muito ou pouco resíduo sólido e convém fazer um aprofundamento da tabela de taxas. -----

----- Retomou a palavra o senhor presidente da câmara para prestar alguns esclarecimentos relativamente às intervenções dos senhores deputados. Esta taxa inicial representa a totalidade dos custos que a autarquia tem com a recolha e tratamentos dos RSU's. Isto é o início de um processo da aplicação do princípio da recuperação de custos que está previsto na legislação, nas diretivas comunitárias e na legislação nacional do setor. E por isso é que o senhor presidente fez questão de referir que se está num período de adaptação e harmonização porque não foi possível tributar, apesar da adesão já andar na casa dos 80%, e quando se entregou o processo à ADRA andava na casa dos 70%, todos os fogos, uma vez que nem todos estão com contrato de fornecimento de água. Por outro lado não vão ser tributados, não é esse o espírito do regulamento nem da lei, os RSU's por contador e sim por instituição e por agregado familiar. A denominação que está aqui é a da ADRA. O processo está ainda em crescimento, ou melhor em harmonização e mais tarde ou mais cedo ter-se-á de adaptar, não um outro critério qualquer, o critério que o IRAR estabeleceu e que é uma percentagem do consumo da água. Discuta-se ou não a bondade do critério que o senhor presidente, pessoalmente, considera absurdo mas é uma recomendação do IRAR e mais tarde ou mais cedo no município de Vagos ter-se-á de cumprir integralmente a legislação em vigor e está já a dar-se o primeiro passo e nesta fase transitória adotou-se este critério. Por outro lado dizer que realmente houve um lapso na transcrição porque foi criado um tipo5 e não está na certidão mas virá, depois, a retificação a conhecimento da assembleia municipal depois de ir a reunião de câmara caso a ata tenha sido aprovada com este lapso. Referiu, ainda, que não há “cheques em branco” relativamente aquilo que não é um poder da assembleia municipal. A fixação de preços é uma competência exclusiva da câmara municipal e portanto o que se veio aqui fazer foi dar conhecimento relativamente a um regulamento que a assembleia municipal aprovou do tipo de preços que criou no exercício de uma competência própria. Assim sendo, o senhor deputado Jorge Luís, e bem, sempre tão zeloso naquilo que a assembleia municipal deve e pode discutir de acordo com a lei não pode agora estar a dizer que foi dado “um cheque em branco” para o exercício de uma competência própria da câmara municipal. -----

-----Retomou a palavra o senhor deputado Jorge Luís para informar o senhor presidente da câmara de que quando aplicou a expressão “cheque em branco” referia-se à aprovação do regulamento que permite à câmara fixar as taxas sem ter vindo à assembleia, porque isso sempre foi uma competência das assembleias municipais. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 06 de dezembro de 2011, à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2011 - APROVAÇÃO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e informou de que esta alteração tem a ver com a adaptação dos recursos humanos provenientes das AEC's. Depois de todas as adaptações esta é a

última, face à circular que conduziu para as câmaras municipais, que assim o entenderam, a contratação em plataforma e concurso público dos recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC's no concelho de Vagos. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira para colocar uma questão, uma vez que, ficou com a ideia quando se abriu concurso foi só para duas técnicas desta área, até porque esta não é uma área naturalmente que componha as AEC's mas sim de recurso quando faltam outros professores. Na altura esteve para questionar o porquê da abertura para dois lugares se ainda não se sabia se ia haver ou não professores de música e das outras expressões mas como não e fez entendeu fazê-lo agora. A questão era precisamente saber se havia alguma situação ou escola em particular para se ter procedido à abertura daqueles dois lugares em particular. -----

----- O senhor presidente da câmara deu a palavra a senhora vereadora da educação, Albina Rocha, para responder à questão colocada pelo senhor Jorge Luís. -----

----- A senhora vereadora informou de que este ano foi introduzida uma disciplina nova que é a lúdico expressiva. Quando se abriu o concurso abriu-se para um determinado número de professores de educação musical, um determinado número de professores de inglês e para dois lugares de professores de expressão plástica. A expressão plástica está direccionada para os 1<sup>os</sup> e 2<sup>os</sup> anos, para completar horários e isto acontece em todas as escolas. Entretanto, este ano quando se abriu o concurso, soubesse que expressão plástica não era a denominação correcta passando a denominar-se lúdico expressiva, tendo as pessoas sido informadas disso. As lúdico expressivas englobam: expressão musical, expressão plástica e TIC's porque as habilitações são diferentes. O que aconteceu neste caso foi que para lecionar música não apareceram professores de música com habilitações próprias e por indicação da direcção regional foram transformadas a disciplina de música em lúdico expressiva e foram colocados professores com habilitações para a lúdica expressiva na expressão musical. O que aqui veio, hoje, foi um engano ao contabilizar as pessoas da lúdica expressiva na última actualização, ou seja, contabilizaram oito pessoas e elas eram só sete e por isso tinha de ser feita a retificação. Isto decorre da própria lei que alterou este ano a denominação de expressão plástica para lúdico expressiva e quando se abriu o concurso utilizou-se, ainda, a denominação antiga mas depois na plataforma e em todo o processo passou a utilizar-se a nova. -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Jorge Luís para questionar porque é que abriram concurso só para duas pessoas nessas circunstâncias. -----

----- A senhora vereadora informou de que só foram duas para completar horários de oito horas, em todas as escolas, e duas pessoas vão a diferentes escolas completar esses horários no 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> anos porque só há expressão plástica nestes dois anos, no 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup>anos não há esta disciplina. -----

-----Seguidamente o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 06 de dezembro de 2011, à discussão da assembleia: -----

**----- PONTO CINCO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO DE 2012, ATÉ AO MONTANTE DE 650.000,00€; -----**

-----Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e informou de que no seguimento do que se fez no ano passado para gerir a aquisição de fundos de capital, receitas de capital, ou seja, gerir a execução financeira das candidaturas dos fundos comunitários e acorrer a alguns focos de tesouraria decidiu-se implementar para o ano de 2012 o mesmo procedimento implementado para 2011. São empréstimos de curto prazo, estando dentro da capacidade de endividamento para o efeito e são contraídos e amortizáveis num prazo de doze meses. -----

-----Ninguém usou da palavra. -----

----- O senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 04 de outubro de 2011, à discussão da assembleia: -----

**----- PONTO SEIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS; -----**

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou os presentes que dado o adiantar da hora, e caso este órgão não colocasse qualquer objeção, este ponto seria retirado da ordem de trabalhos. Uma vez que ninguém se opôs o presente ponto foi retirado da ordem de trabalhos para apreciação e votação em próxima sessão. -----

----- E quando eram cerca das 21h 00m ausentaram-se da sala de reuniões dos senhores deputados Rui Neto e Carlos Pereira. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da câmara municipal realizada no dia 13 de dezembro de 2011, à discussão da assembleia: -----

**----- PONTO SETE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2012 – APROVAÇÃO; -----**

----- Apresentou o ponto o senhor vereador Silvério Regalado. Relativamente ao orçamento para 2012 quando se iniciou o processo da sua elaboração tentou-se, em primeiro lugar, consultar todas as entidades envolvidas, algumas deram uma resposta e outras com certeza irão contribuir hoje, e tinha-se um objetivo inicial: o valor do orçamento para 2012 não fosse muito maior do que os últimos orçamentos, porque as circunstâncias não são as melhores para poder existir esse aumento. Mas, de facto não foi de todo possível porque como se pode verificar nos últimos anos a evolução global do valor dos orçamentos tem sido a que está descrita no documento e tem de se ter em conta que em 2012 existe um empréstimo de curto prazo no valor de seiscentos e cinquenta mil euros que de certa forma acaba por empolar este orçamento. Em 2011 também se tinha tido a mesma situação com o empréstimo de curto prazo de quinhentos mil euros, aprovado pelos senhores deputados nesta assembleia municipal. Tendo em conta estas premissas havia, aqui, uma outra a ter em conta: os compromissos a ser assumidos em termos de fundos comunitários e a despesa de capital já assumida e à qual não se podia fugir. Assim sendo, a ideia

foi continuar a cortar as despesas correntes e fez-se um esforço que se encontra refletido no gráfico apresentado, ou seja, verifica-se que em 2012 o peso da despesa corrente no valor total do orçamento é de 44%. Tem vindo a baixar ao longo dos últimos anos porque tem-se vindo a fazer esse esforço e o valor final da despesa corrente para 2012 são dez milhões novecentos e noventa e oito mil euros. Em relação às despesas de capital, e como já foi referido, está-se condicionado pelas obras candidatas aos fundos comunitários, como por exemplo: centro escolar de Fonte de Angeão, centro escolar da Gafanha da Boa Hora, biblioteca municipal e o estádio municipal. Estas quatro obras em valores muito redondos atingem cerca de sete milhões de euros. Portanto, destes treze milhões novecentos e quarenta e oito mil euros sete milhões já estavam previamente tomados por estas obras importantes, porque são obras de vulto para o município, em áreas importantes, e depois porque significam receita gerada pelos fundos comunitários. Relativamente às receitas de capital estas têm vindo a aumentar e destes treze milhões quinhentos e oitenta e quatro mil euros cerca de seis milhões e trezentos mil euros são de fundos comunitários. Portanto, é um valor relevante que vai exigir um esforço por parte da câmara municipal na execução no próximo ano, mas é um valor extremamente importante a executar e para as obras onde esse valor vai ser aplicado. Esta semana foi comunicado à câmara municipal, pela CCDR, que irá existir uma reprogramação financeira do centro escolar de Fonte de Angeão e o financiamento que está previsto no orçamento já não é aquele que se vai ter. Neste momento, o valor aprovado para o centro escolar de Fonte de Angeão são cerca de dois milhões de euros, tendo ainda a hipóteses de se ter 85% de financiamento e passar-se para dois milhões cento e vinte mil euros. Relativamente à receita corrente, e apesar de ainda hoje se ter aqui aprovado duas rubricas que vão contribuir para a receita corrente, não tem sido possível contrariar quer por um lado a queda dos impostos quer por outro lado as transferências do estado. E esse valor aparece aqui refletido sendo que as receitas correntes, como se sabe, estão acima das despesas correntes em cerca de trezentos mil euros. Entretanto, já houve a oportunidade de ver anteriormente que a despesa corrente é de dez milhões e novecentos mil euros e verifica-se onze milhões trezentos e sessenta e um de receitas correntes. Este fator também é significativo para exprimir transferir alguma da receita corrente para a despesa de capital. O inverso é que já não pode ser feito. Relativamente ao orçamento da despesa corrente, e tentando explicar de uma forma sucinta e rápida alguns valores, tem-se vindo a reduzir as despesas com pessoal, obviamente que é mérito da câmara municipal mas em 2012 também é uma consequência de medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente os cortes dos subsídios de Natal e de férias, e portanto já aqui aparece refletido. Convém, também, lembrar que este valor para 2012 já inclui as AEC's que não estavam orçamentadas inicialmente por existir uma margem algo elevada nas despesas com pessoal, e neste momento a execução com despesas de pessoal está em três milhões e quinhentos mil euros. Quando se diz que há um esforço da câmara municipal obviamente que se trata, também, de colmatar algumas rubricas onde se podia atacar, nomeadamente na redução significativa das horas extraordinárias e na redução do seguro que a câmara municipal tinha para os funcionários e deixou de ter. O senhor vereador aproveitou para esclarecer uma dúvida que surgiu no ano passado na apresentação do orçamento para 2011 e que tem a ver com as avenças: havia um valor previsto em avenças que não conseguia cabimentar toda a despesa que se iria ter. Porém, o que aconteceu é que havia, e há, contratos na câmara municipal feitos

antes de uma determinada lei entrar em vigor que obriga a que as avenças feitas a partir de 2010 passem a sair por avenças e não por prestação de serviços. Outro ponto onde se pode atacar no que diz respeito à despesa refere-se à aquisição de bens e serviços e como se pode verificar têm-se vindo a aumentar algum sucesso nessa área. Obviamente, que há muito trabalho ainda a fazer, se bem que há rubricas por um lado com a despesa que transita do ano anterior e por outro lado com compromissos que são da responsabilidade da autarquia, tais como eletricidade, comunicações, etc, que se tem vindo a reduzir mas chega a um valor onde mais a baixo é impossível. Entretanto, foram referidas algumas rubricas: combustíveis e lubrificantes, material de escritório e material de transportes tem-se vindo a reduzir, encargos de instalações subiu porque tem a ver com a iluminação pública dos edifícios municipais, atendendo ao recente aumento do IVA nas faturas de eletricidade e este valor apresentado, nesta rubrica, reflete esse aumento e o aumento da água que se paga à ADRA. Se bem que a ADRA é fornecedor e “cliente” da câmara municipal, uma vez que a autarquia vende água à ADRA. Também, aqui, foi contemplado um trabalho que está a ser feito na câmara municipal e que vai ser feito com os presidentes de junta de freguesia onde se vai começar a implementar planos de redução de iluminação pública. Obviamente que este processo irá ter sempre em conta uma razão que está para a câmara municipal em primeiro lugar que é a segurança de pessoas e bens. Relativamente a limpeza e higiene o aumento do valor está algo empolado porque tem um valor de dívida à SIMRIA, entidade com a qual a câmara municipal está a procurar um acordo quer com o pagamento da dívida quer um acordo de cedência de instalações e portanto vai haver também uma receita. Este valor aparece, aqui, aumentado porque as tarifas da ERSUC têm vindo a aumentar todos os anos e por isso é que o senhor presidente da câmara referiu e bem que o valor que se vai cobrar pelos RSU's não conseguirá completar toda a despesa que se tem com a recolha e tratamento dos mesmos. Relativamente à conservação de bens é uma rubrica onde também não é fácil ir mais a baixo que o valor apresentado e aqui também muito condicionada pela dívida transitada, e aqui fala-se de bens móveis e imóveis. Relativamente à locação de material de transporte os valores mantêm-se, e no documento apresentado existem três novas rubricas de locações: locações de edifícios, locação de material informático e locação de outros bens. Não é que estas rubricas já não existissem na Câmara Municipal e não se estivessem a fazer aquisições de coisas que se enquadravam aqui simplesmente não estavam a ser cabimentadas nestas rubricas. E portanto, foi feito um trabalho de levantamento e muitos destes valores anteriormente colocados na rubrica “outros” passaram a ter uma rubrica específica, dando como exemplo a aquisição de tendas, para atividades da câmara municipal, que saía pela rubrica outros serviços e passam a sair pela locação de outros bens. Há aqui também um esforço de tentar ser mais explicativo e elucidativo na elaboração deste documento. Nas comunicações, apesar de um esforço grande que tem vindo a ser feito, este limite poderá vir a ser reduzido no ano que vem mas o esforço atingiu um valor que é difícil diminuir. No que diz respeito aos transportes esta rubrica inclui os transportes escolares e os transportes protocolados com as IPSS's que têm de ser, obrigatoriamente, suportados pela autarquia, estando a fazer-se um trabalho rigoroso com o pelouro da educação, em conjunto com a divisão financeira, de forma a poder ter-se na execução valores inferiores aos apresentados. Os seguros são uma das rubricas onde também é difícil vir a baixo dos valores apresentados. A publicidade é um a rubrica onde se pode vir a cortar e



tem-se vindo a cortar como se pode verificar no documento. Quanto á vigilância e segurança há aqui uma rubrica que tem um aumento significativo e prende-se com uma questão muito simples que é a contratação feita, a meio de 2011, para a vigilância e segurança do armazém municipal. Assim, este valor que em 2011 foi metade do ano para 2012 será o ano inteiro daí este aumento. Relativamente aos estudos, pareceres e projetos têm vindo a ser feito cortes, tendo ainda assim alguns valores pendentes, nomeadamente pagamento do projeto do centro escolar de Vagos que é o mais significativo porque ainda se deve uma parte substancial. Este foi um projeto da qual se aguarda, neste momento, por definições das entidades que estão acima da câmara municipal. Relativamente aos outros trabalhos e serviços especializados estão juntos precisamente porque são rubricas que por um lado têm vindo a sofrer alguns cortes por parte da câmara municipal e por outro lado também são diluídas naquelas outras três rubricas já referidas, as locações. Há aqui valores que estavam a sair por estas rubricas que passarão a sair pelas rubricas de locação. Nesta rubrica verifica-se uma redução muito significativa e tem a ver com, por exemplo: fiscalização de empreitadas que, ao contrário daquilo que tinha vindo a ser feito, está a ser feita pelos serviços municipais; a contratação das auxiliares para as escolas que este ano é bastante mais reduzido; os alugueres que apareciam noutra rubrica, “trabalhos especializados”, e que vão deixar de sair daí, nomeadamente os três contratos de prestação de serviços que para o ano, se forem necessários renovar, sairão de outra rubrica já referida atrás. Relativamente às transferências correntes para as freguesias vai manter-se o mesmo valor, e esta rubrica refere-se concretamente às transferências feitas, por exemplo, para a junta de freguesia da Boa Hora que se responsabiliza pela limpeza dos balneários e a câmara atribui um subsídio para esse fim e sai por esta rubrica. Na educação e ambiente também não há aqui nenhum corte tratando-se simplesmente das AEC's, cujo anteriormente o valor saía por aqui, por se tratar de uma transferência de valores para as IPSS's, passarem a ser da responsabilidade da autarquia e aparecerem nas despesas com pessoal. No que diz respeito ao apoio social é para continuar a manter e sempre com abertura para aumentar este valor, como há em todas as rubricas embora nesta haja uma atenção especial atendendo a que o ano 2012 será um ano complicado e obviamente será preferível tirar de outras rubricas não tão importantes e prestar apoio social às pessoas. Transferências correntes cultura e recreio tem a ver com os subsídios para a associações culturais e recreativa e associações desportivas. O trabalho que foi feito de redução também não pode condicionar o desempenho dos clubes e das associações do concelho que tão bem representam o nome de Vagos e portanto é importante manter estes valores embora se tivesse reduzir até onde foi possível. Na ação humanitária há uma redução que não tem a ver com nenhuma redução efetiva, tendo apenas a ver com o facto de em 2012 haver um acerto com os bombeiros voluntários de Vagos, resultante do protocolo, uma vez que já não era feito à dois ou três anos e este valor chega para a câmara liquidar os compromissos assumidos com os bombeiros. Na rubrica transferências correntes outras a redução apresentada procurará fazer-se, até porque era por aqui que saiam alguns valores, nomeadamente para comissões fabriqueiras. Relativamente à parte do capital e às transferências de capital para as freguesias entendeu-se manter os mesmos valores orçamentados no ano de 2011. Nas instituições sem fins lucrativos não se trata de uma baixa mas sim de um cálculo que foi feito de acordo com os montantes em dívida em 2011, resultante dos protocolos estabelecidos, e a serem pagos em 2012. No

plano plurianual de investimentos, e de uma forma muito resumida, apresenta-se a lista das obras, mais ou menos, por áreas. Assim sendo, temos: a educação com um valor substancial que se prende com centros educativos; desporto recreio e lazer com o estádio municipal; transporte e comunicações com um valor de um milhão setecentos e dezanove mil euros que tem a ver com várias intervenções, nomeadamente a estrada entre as rotundas do Fontão e Carregosa; cultura tem a ver com a biblioteca municipal; habitação e serviços coletivos onde estão incluídas algumas rubricas que farão parte de futuras candidaturas à regeneração urbana; comércio e turismo com um valor de quinhentos e quatro mil e novecentos euros e inclui as intervenções na praia da Vagueira, já aqui referidas algumas vezes, do grupo de ação costeira que sofreram um atraso, sem responsabilidade da câmara municipal, mas vão existir as obras em 2012, pelo menos assim se espera, e o valor tem de estar previsto no documento. Contudo, no comércio e turismo há mais fatores a ter em conta, nomeadamente as verbas que saem por transferência de capital para a associação de municípios, no caso a CIRA, que contemplam os valores a transferir por conta do POLIS da ria. Na nota introdutória do documento são descritas claramente quais as obras, nomeadamente uma que já estava a concurso na altura que se elaborou o documento, e cujo concurso ficou deserto que era o da requalificação da frente dunar entre a Costa Nova e Vagueira, e a requalificação da frente dunar de Vagos (quinta do Ega e Folsas Novas). Por fim, este ano, e para também ajudar a algumas questões que muitas vezes surgem nomeadamente com aquelas rubricas dos “outros”, criou-se o plano de atividades municipal. É um documento que pode e deve ser melhorado, e vai trabalhar-se nesse sentido, mas foi uma primeira vez e foi no sentido de poder proporcionar uma informação mais detalhada sobre as atividades que a câmara municipal leva a realizar e acima de tudo para explicar por que rubricas saem esses valores. Dando um exemplo concreto: a atividade “animar o verão”, na praia da Vagueira, onde se estipula por rubrica de onde saem os valores, uma vez que são contratadas tendas, onde existe o protocolo de vigilância e segurança das praias e portanto valor que depois aparece no documento, e que anteriormente tinha a ver só com a questão da animação e existiam, existem e vão existir algumas outras despesas que não vinham na parte da animação mas que é investimento da câmara municipal para poder, por exemplo, manter a bandeira azul na praia da Vagueira. O apoio que a câmara municipal dá na vigilância, quer a vigilância entendida como a segurança feita na praia do Areão quer a vigilância entendida como os nadadores salvadores, é importante para assegurar que as praias do concelho continuem a ter a bandeira azul que em termos turísticos, obviamente, para a autarquia é um fator relevante e por isso se quis, também, delinear e demonstrar por onde saem os valores. -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado Pires Plácido para fazer um apelo, em seguimento de duas palavras ditas pelo senhor vereador durante a apresentação do documento: *“uma vez que o dinheiro é pouco não falte aos compromissos contratuais que têm com as IPSS's. Todos nós sabemos que há alguma dificuldade nisso mas atrasar o pagamento a uma IPSS's é tirar alimentação e serviços às nossas crianças e aos nossos idosos. E como costume dizer, e já o disse a si pessoalmente, ao fim do mês os funcionários da câmara têm sempre dinheiro no banco e as IPSS's podem não ter. Aquilo que eu lanço aqui e é um apelo que faço é que seja cumprido o contrato com as IPSS's como são com os funcionários da câmara, porque fazem um serviço e alimentam crianças e idosos”*. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira para pedir ao senhor vereador Silvério Regalado que esclarecesse melhor o que é que se cortou no pessoal, se foram só horas extras, se houve redução de pessoal e se não houve, também aqui, transferência de rubricas, nomeadamente nas questões dos avançados que deixaram de estar no pessoal e passaram a estar noutra sítio. Outra questão que colocou prende-se com a alteração da lei e onde passa a ter integrado no conceito de setor empresarial local a empresa MAISVAGOS, participada em 49% pelo Município, e o senhor deputado não viu nenhum tipo de impacto aquela organização no orçamento para 2012 e nem uma referência especial aquele que é o “braço armado” para o desenvolvimento industrial e à gestão das zonas industriais, sabendo-se que há investimento feito pela câmara para esta empresa como sejam os planos de pormenor que estão a ser feitos pelo Município que há de ser ressarcido pela empresa. O senhor deputado pretendia saber onde é que isso se enquadra no documento apresentado e o que é que se espera. Entretanto, reforço também a ideia do deputado Pires Plácido referindo que quando se fala em apoio às IPSS's não se falam em subsídios, e tanto é assim que já foi alterado da rubrica de subsídios para pagamento de prestação de serviços. A verdade é que se adivinha um ano difícil em 2012, mas pode também ser uma oportunidade para muita gente, mas se alguém sente e por várias razões os efeitos da crise são seguramente as IPSS's. Estas desde logo têm de responder às pessoas porque quando se fala de proximidade fala-se da autarquia, mas próximas estão as instituições e os voluntários que a ela se dedicam e que merecem a homenagem de todos. Por outro lado, as instituições que têm de dar essa resposta vão sofrer com a crise dos outros, e já começaram a sofrer, porque: não nascem crianças, há desemprego que vai fazer com que haja redução da comparticipação familiar e dificuldade dos idosos que vendo as pensões reduzidas deixam de ter comparticipação na redução das mensalidades nas prestações familiares nas IPSS's e outra coisa as IPSS's já ganharam um aumento brutal dos custos com o gás e com a eletricidade e perderam a devolução do imposto do IVA a 100% nas obras que façam, que passa a ser de 50% em 2012. Portanto, o senhor deputado sublinha o que o deputado Pires Plácido porque Vagos tem uma grande riqueza que são onze instituições particulares de solidariedade social que acaba por se tornar numa grande tormenta para o município. Seguidamente, partilhou publicamente uma lembrança que já teve oportunidade de falar com a vereadora da ação social e que era de ver implementado, e se possível em 2012, uma coisa que não vai custar muito dinheiro ao município e que trará um acréscimo grande de qualidade de vida e de segurança aos idosos do concelho e hoje em dia até com a possibilidade de se fazer com menos dinheiro do que se possa imaginar que é o serviço de tele-assistência, especialmente, para os idosos que estão isolados e não têm acompanhamento familiar nem de uma instituição, mas mesmo tendo acompanhamento de uma instituição durante o dia à noite não têm. É um serviço de excelência, e, agora além de haver uma empresa portuguesa toda ela trabalhada por pessoas portadoras de deficiência, há hoje um serviço da Portugal Telecom que tem um protocolo com uma união de instituições e que pode ser contratualizado em parceria com a câmara municipal e provavelmente com um investimento com 50% dos custos e por cada idoso pagar qualquer coisa que não chega aos cinco euros mensais permitindo que se tenha um botão à mão para a qualquer momento pedir socorro e é atendido numa linha que sabem o estado dele, a situação de saúde, quem é o médico, quem é a família, quem é a instituição e para quem é que devem

ligar para mandar lá a casa e portanto é de facto um serviço excelente que se pode prestar por pouco dinheiro, não tem necessidade de ser incluído no orçamento mas deve-o ser no plano de atividades. Relativamente ao orçamento não há nada a acrescentar, o esforço de apresentação é de sublinhar, o senhor deputado não tem nada a opor, embora tenha alguma dificuldade em perceber se a receita apresentada se vai realizar, até porque não há em relação ao empreendimento da Boa Hora não há sequer contrato de promessa assinado. Entretanto, informou de que não vota favoravelmente o orçamento, porque não participou na sua elaboração, mas a abstenção é para deixar passar. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Rogério Simões para fazer algumas considerações genéricas realçando os fatores que entende mais positivos e mais negativos ao orçamento. Considera bastante positivo a tendência para diminuir a despesa corrente em função da despesa de capital, sendo o passo mais importante que se tem dado nos orçamentos da câmara municipal. Contudo, considera que existe na despesa um fator negativo considerando excessiva a despesa com a recolha de RSU's, sabendo que a ERSUC é capaz de ter contrato, mas neste momento existem muitas empresas a operar na área e portanto quando for feita a renegociação do contrato este ponto deve ser tido em atenção. Do lado da despesa continua, do ponto de vista do senhor deputado, a sofrer dos mesmos vícios que é o do empolamento da receita, havendo algumas dúvidas sobre as questões de venda de terrenos que capitalizem tanta receita. Também, considera excessiva a orçamentação que se faz em relação às taxas a obter em relação à DERRAMA e aos RSU's. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da câmara para prestar alguns esclarecimentos. No que toca à redução de custos com o pessoal é efetivamente uma redução de custos, e não desorçamentação de rubricas e orçamentação em rubrica distinta. No que diz respeito ao impacto financeiro da MAISVAGOS primeiro há regras de conotação. Entretanto, e ainda terá de se avaliar todos os reflexos da nova legislação que foi publicada no diário da república no dia 16 de novembro, a regra que foi sendo acolhida pelos senhores inspetores da inspeção geral de finanças é que a autarquia estaria obrigada a refletir os exercícios da MAISVAGOS após dois anos consecutivos de resultados negativos. Do ponto de vista do tratamento contabilístico da empresa há também novidades que vão ser adotadas para o ano seguinte e que só produzirão outros reflexos no próximo orçamento e não neste. Tudo isto tem a ver com a contabilização dos seus ativos. Tem sido feito, seguida a tradição, contabilizar pelo valor histórico que é o valor de aquisição dos prédios e não pelo valor de mercado que é o de alienação dos mesmos. Esta situação está a ser resolvida porque é do interesse da empresa e do próprio município. Está a ser resolvida em termos contabilísticos na empresa e necessariamente há de refletir nos próximos orçamentos, mas não neste. Mas, é um facto no próximo orçamento haver, com certeza, um reflexo positivo ou negativo consoante a atividade da empresa seja lucrativa ou não. Quanto às despesas com os planos estas têm sido sempre pagas pela MAISVAGOS. O que diz a lei é que o município é a entidade responsável pela elaboração dos planos, aprovação e apresentação às entidades, juntamente com a assembleia municipal, mas o pagamento do plano de pormenor do parque empresarial de Soza parcela A, do plano de pormenor do parque empresarial de Soza parcela F, do plano de urbanização do parque empresarial de Soza, todas as despesas inerentes têm sido suportadas diretamente pela MAISVAGOS que é quem faz a contratação dessas empresas. Relativamente às

IPSS's, como é óbvio, em anos de graves problemas sociais e num ano onde eles vão ser particularmente graves e sentidos pela generalidade das famílias portuguesas a câmara municipal terá de ter a sua atenção desviada para as instituições que são o seu "braço armado" na ação social no concelho. Portanto, não passa pela cabeça do executivo camarário deixar de aumentar o empenhamento e a participação do município no trabalho desenvolvido pelas IPSS's junto das famílias, seja na área da criança seja na área da terceira idade. Quanto aos serviços de tele-assistência a senhora vereadora já havia falado disso e informou de que a Dr<sup>a</sup> Lina Ferreira, assistente social da câmara municipal, tem o *dossier* em mãos e em breve será submetido à apreciação da câmara municipal uma proposta para a sua aprovação. Quanto ao empolamento da receita é uma das críticas feita pela inspeção geral das finanças e o senhor presidente julga que não há empolamento da receita. A câmara não empola a receita inscreve a receita que aqueles prédios tem para o mercado e faz-se de acordo com as regras do código do imposto municipal sobre imóveis. Portanto, empola-se receita quando se inscrevem valores que não correspondem ao valor do bem. Os bens são bens alienáveis muitos deles, como no caso do Boa Hora floresta e não são só os lotes que estão comprometidos com o investidor, pois existe mais lotes que não estão comprometidos e que não estão aqui todos eles refletidos, são valores reais do mercado. O que poderá acontecer é o mercado não os querer pelos valores em que estão inscritos, pelo seu valor real. Obviamente que se a autarquia vendesse aqueles bens por metade ou um terço do seu valor não haveria dúvidas nenhuma de que o mercado estaria de imediato interessado na sua aquisição. Há aqui uma coisa que convém perceber: a estratégia da câmara municipal relativamente a alguma propriedade não mudou, o que mudou foi a estratégia relativamente à propriedade ou ao aproveitamento da mesma. Quando se inscrevem os valores para os terrenos das freguesias de Santo André e Ouca não é com a pretensão de alienar esses terrenos, pretende-se, sim, valoriza-los de forma distinta, mas do ponto de vista do tratamento contabilístico é exatamente o mesmo. O que se pretende em Ouca é a valorização da madeira e dos terrenos enquanto inscritos no espaço florestal de produção e não alienar os terrenos que foram adquiridos para o centro escolar que face à carta escolar aponta para esse efeito e como esta não sofreu qualquer alteração aquilo que foi aprovado na assembleia municipal e homologado pela senhora ministra da educação. Relativamente a Santo André é exatamente a mesma coisa, ou seja, o que se pretende é a criação de um direito de superfície idêntico àquele que foi criado com os terrenos da ETAR de Vagos. Na altura esse direito de superfície deu à câmara municipal setecentos mil euros e aquilo que está a ser equacionado para os terrenos de Santo André é algo idêntico. Entretanto, adicionou-se mais algumas coisas, e está a ser estudado, que é a cedência parcial do direito de superfície relativamente a cerca de três mil metros quadrados exatamente para implementação de bombas de combustível, e tudo o que lhe está associado, e eventualmente aquilo que é mais difícil de conseguir, e as regras, neste momento, na legislação em vigor são dirigidas a requerentes empresas e não a municípios, estando-se a avaliar a possibilidade de localizar, nos terrenos de Santo André porque é uma localização preferencial, um centro de inspeção. Obviamente, um centro de inspeção valoriza os terrenos de forma brutal, ou pelo menos parte desses terrenos. A dificuldade em localizar um centro de inspeção automóvel é grande, nomeadamente quando não há um privado que faça a candidatura dirigida àqueles terrenos. A câmara irá tentar essa valorização e por isso este valor

que está aqui no documento, tendo em consideração o histórico do direito de superfície dos terrenos da ETAR de Vagos, não é empolado, é um valor perfeitamente aquém, a verificar-se a localização de um centro de inspeção e de um posto de abastecimento de combustível, de um valor que pode ser objeto de hasta pública. Concluindo, não há um empolamento da receita sob o prisma que o senhor deputado Rogério Simões referiu. Relativamente ao RSU fica aquém, bem aquém, daquilo que poderia ser o valor inscrito. Os dados fornecidos pela ADRA indicaram o valor, não foi inventado pela Autarquia, e a DERRAMA exatamente a mesma coisa, assenta nos dados fornecidos pela DGCI. Poder-se-á verificar se houve em 2011 uma redução dos lucros das empresas do concelho de Vagos, mas em termos de inscrição no orçamento o único dado fiável que se tem para calcular a taxa de DERRAMA aplicada ou definida são os dados de 2010. E é com base nos dados de 2010 que se inscreveu. Aliás, o POCAL tem regras claras de inscrição de receita e de despesa e mesmo que se tenha uma certeza que a receita será superior o POCAL diz que só se pode inscrever a média dos dois últimos anos, e a mesma coisa relativamente à despesa. Há regras que fixam e solidificam a estrutura da despesa e da receita e portanto não há um empolamento da receita, poderá é haver expectativas sucessivas sobre a procura no mercado daqueles bens ao preço real. Que fique bem claro que a câmara municipal vai acolhendo, ao máximo, aquilo que são as regras do POCAL, vai aproximando, ao máximo, aquilo que são as perspectivas de execução, sendo certo que há dados que são inalteráveis e se a intenção é adquirir receitas de capital por via de fundos comunitários tem que se inscrever a despesa para se poder inscrever a receita. Há aqui coisas a que não se pode fugir de maneira nenhuma. Se a intenção é fazer obras têm de se cabimentar de acordo com o contrato de empreitada que foi outorgado, ainda que depois possam acontecer vicissitudes como o deslizamento do prazo por ausência do visto do tribunal de contas e por aí adiante. E afinal, aquela previsão da despesa naquele ano não se verificou, mas é sempre obrigatório fazê-lo, de acordo com a legislação do tribunal de contas. Portanto, e atendendo a este emaranhado de regras que a câmara inscreve a despesa e a receita relativamente ao ano de 2012 e tendo em consideração, como é óbvio, o passivo que transita do ano anterior e que condiciona a uma despesa idêntica, ou quase idêntica, no ano seguinte. O mais importante, e isso transparece bem no esforço que se tem vindo a fazer desde 2010, no que toca à redução da despesa corrente e verifica-se a cada prestação de contas, e vai-se verificar em abril 2012 na prestação de contas sobre o ano de 2011, é que se aumentou bastante as receitas de capital e reduziu-se bastante as despesas correntes. E é isso que se vai continuar a fazer em 2012 que na prestação de contas em 2013 será verificado aumentando, espera-se, as taxas de execução do orçamento quer da receita quer da despesa. -----

-----Pedi e usou da palavra o senhor deputado Rogério Simões para referir que ao falar do empolamento da receita não o viu do mesmo ponto de vista do senhor presidente. É evidente que não quis dizer que os valores aqui apresentados estejam empolados, relativamente a cada um dos terrenos. O que o senhor deputado tem é dúvidas que a câmara concretize esta receita. Portanto, foi sobre este prisma que viu as coisas. -----

-----Entretanto usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís para dizer que o sentido de voto do Movimento VAGOSPrimeiro vai pela abstenção nos exatos termos em que os vereadores em reunião de câmara se pronunciaram, ou seja, fazem deles a sua declaração de voto. -----

----- De imediato o senhor presidente da mesa submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com votos 21 (vinte e um) a favor, do grupo parlamentar do PSD, e 7 (sete) abstenções do grupo parlamentar Movimento VAGOSPrimeiro. -----

-----Seguidamente o grupo parlamentar do Movimento VAGOSPrimeiro apresentou declaração de voto e declaram o seguinte: *“A análise do Plano de Atividades e Orçamento Municipal para o ano de 2012, permitiu-nos ponderar diversos aspetos que determinaram a nossa intenção de voto. Como fatores positivos destacamos: Um esforço do vereador de pelouro para que o orçamento seja mais descritivo e que reflita o mais corretamente possível as receitas e despesas da Câmara Municipal de Vagos; O esforço de diminuição da despesa corrente e potencialmente supérflua, ou pelo menos não reprodutiva, em cerca de 640.000 euros (5,8% da despesa corrente); O aumento da despesa de capital ou de investimento, utilizando preferencialmente fundos comunitários no seu financiamento. Como fatores negativos destacamos: Apesar da redução prevista da despesa corrente, os compromissos assumidos com a ADRA e fundamentalmente com a ERSUC, têm levado a um aumento anual extremamente pesado da fatura da água e da recolha dos resíduos urbanos, obrigando a um maior corte de outras despesas de funcionamento, podendo em certos casos comprometer o regular funcionamento dos serviços. Especificamente no caso da ERSUC, sabemos que existem alternativas propostas por empresas credíveis ( que já têm acordo com outras autarquias do distrito de Aveiro) e que garantem um custo anual do serviço de cerca de 50% do que pagamos atualmente; Estão também previstas algumas receitas de capital sem existirem garantias de que se consiga realizá-las, quer no todo quer na parte. Estamos a falar da venda de terrenos que totaliza 3.750.000 euros (27,6% da receita de capital e 15% da receita total estimada), valor extremamente relevante. Caso não se consiga a realização de alguns negócios, nomeadamente a venda do Loteamento de Plano de Pormenor da Boa-Hora/Floresta e dos terrenos de Santo André, ficará comprometida a execução do orçamento e a realização da generalidades dos investimentos previstos não dependentes de fundos comunitários e mesmo estes, caso a Câmara não tenha capacidade de financiamento alternativo para o pagamento da sua parte nos projetos aprovados pelo QREN;- Finalmente, consideramos que há uma sobre orçamentação das receitas estimadas com o derrama e com a taxa dos resíduos sólidos urbanos em cerca de 200 mil euros. Face às considerações expostas, o Movimento Vagos Primeiro opta pela abstenção na votação deste documento.”*-----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2011, à discussão da assembleia: -----

**----- PONTO OITO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011; -----**

----- Apresentou o ponto o senhor vereador Silvério Regalado e informou os presentes de que se trata por um lado reforçar o valor da rubrica do estádio municipal, por contra partida de outras rubricas do plano onde havia ainda capacidade para ir buscar estes valores, e por outro lado é uma alteração da forma de execução da obra do palácio Visconde de Valdemouro. -----

----- O senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De imediato, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto nove da ordem de trabalhos, à discussão da assembleia: -----

**----- PONTO NOVE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PARECER SOBRE O DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. -----**

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou os presentes que dado o adiantar da hora, e caso este órgão não colocasse qualquer objeção, este ponto seria retirado da ordem de trabalhos e discutido numa sessão extraordinária a agendar. Atendendo a que ninguém se opôs o presente ponto foi retirado da ordem de trabalhos para apreciação e votação em próxima sessão. -----

-----Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

-----Não havendo público para intervir, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

-----De imediato o segundo secretário, senhora Maria da Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

-----O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos membros da mesa. -----

-----**O presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O primeiro secretário,** \_\_\_\_\_

-----**O segundo secretário,** \_\_\_\_\_